



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

GABRIELA SILVA FARIAS

**GRUPO DOS MAIS VIVIDOS: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS
IDOSOS**

Brasília – DF

2023



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

GABRIELA SILVA FARIAS

**GRUPO DOS MAIS VIVIDOS: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS
IDOSOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro

Brasília – DF

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

GABRIELA SILVA FARIAS

**GRUPO DOS MAIS VIVIDOS: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS
IDOSOS**

Brasília _____ de _____ 2023

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro

SER/UnB – Orientadora

Profª. Dra. Kênia Augusta Figueiredo

SER/UnB – Examinadora

Profª. Dra. Isabela Ramos Ribeiro

SER/UnB – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus guias por terem ouvido minhas preces e me fortalecido para seguir adiante no meu processo de pesquisa que não foi fácil.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais Roberval de Lima Farias e Anísia Silva Barbosa pelo apoio, incentivo, e por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei tantas vezes. Agradeço também por sempre enfrentarem as batalhas, comum a classe trabalhadora, para nos dar o melhor e nos permitir alcançar o nível superior que eles não alcançaram.

Agradeço aos meus irmãos, Amanda Silva Farias e Lucas Silva Farias, que são meus eternos companheiros de vida e foram ao longo dos meus anos acadêmicos, meus companheiros universitários. Todos os dias aprendemos juntos com nossas diferenças e semelhanças. Sem eles teria sido mais difícil.

Agradeço as minhas tias, Leide Silva Barbosa e Neide Silva Barbosa, pela disposição em me ouvirem, serem meu apoio nessa jornada, por me incentivarem a continuar e por serem o ombro amigo, compartilhando os choros e as alegrias.

Agradeço aos meus avós maternos, Jacinto Durães Barbosa e Nilza Silva Barbosa, que já não estão mais entre nós, e aos meus avós paternos, Dativo Marçal de Farias e Josefa de Lima Farias, pela honra de ser neta de pessoas que conceberam duas famílias a base de muita luta, mas também de muito amor. Suas histórias de vida me inspiraram e me inspiram todos os dias a seguir a diante na luta por um mundo melhor.

Agradeço a todos os meus amigos que sempre me deram o conforto quando precisei em especial as minhas amigas de curso, Ketlen, Arleth, Juliana e Edna, por terem trilhado essa jornada comigo e compartilhado todos os momentos de alegria e de dificuldades que a Universidade pode proporcionar. Sei que no final foi de muito crescimento pessoal e profissional para nós.

Por fim, agradeço a toda a comunidade acadêmica por tudo que vivi ao longo da minha graduação, especialmente a minha orientadora Simone Rocha que me direcionou nessa reta final e possibilitou que essa jornada fosse mais leve. Obrigada pelas trocas de conhecimento acadêmicos e experiências de vida.

Devo a cada um, grande parte dessa vitória, por isso, meus mais sinceros agradecimentos.

Somos muitos severinos
Iguais em tudo e na sina:
A de brandar estas pedras
suando-se muito em cima,
A de tentar despertar
terra mais sempre extinta,
A de querer arrancar algum roçado da cinza.

Morte e Vida Severina

FARIAS, Gabriela Silva. Grupo dos Mais Vividos: A importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva dos idosos. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade de Brasília: UnB, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva de idosos que participam do Grupo dos Mais Vividos (GMV) no Sesc Ceilândia. O envelhecimento populacional evidenciado a partir do século XX se tornou um desafio para os países, nesse sentido, desde a 1ª Assembleia Internacional Sobre o Envelhecimento que ocorreu em 1982 a ONU tem incentivado os países a implementar estratégias para lidar com o fenômeno. O envelhecimento não é compreendido como um processo homogêneo e biológico apenas, mas sim como um processo heterogêneo, multidimensional, biopsicossocial que é atravessado pelas condições de vida impostas pelo sistema capitalista e que refletem na forma como a classe trabalhadora envelhece. A velhice é, nessa perspectiva, um acúmulo das desigualdades vivenciadas ao longo do seu processo de envelhecimento. Assim, diante de uma classe trabalhadora mais envelhecida, o Estado e as instituições privadas, como o Sesc, desenvolvem ações direcionadas ao segmento idoso. Um deles é o serviço de convivência que se desdobra no Grupo dos Mais Vividos pelo Sesc. A pesquisa qualitativa empreendida com nove integrantes do GMV através de um grupo focal foi um espaço privilegiado para compreender as diversas expressões da questão social que se debruçam na vida dos participantes, sem pretensão de generalizar a outros idosos ou homogeneizar suas experiências de vida, mas apreendê-las como mediações que se conectam e integram a totalidade. Observou-se que a interação social com outros idosos, a ocupação do tempo livre, a possibilidade de se manterem ativos, realizarem sonhos e descobrirem novos, bem como a facilitação de serviços, ofertados através de parcerias com outras instituições, foram os principais pontos que justificam a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa segundo os participantes do Sesc Ceilândia.

Palavras-Chaves: Serviço de Convivência; Sesc; Trabalho Social com Idosos; Serviço Social; Grupo dos Mais Vividos; Envelhecimento no Capitalismo; Políticas Públicas para a pessoa idosa.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 – Pirâmide etária do Brasil em 2010.....	15
Gráfico 2 – Pirâmide etária do Brasil em 2022.....	16
Gráfico 3 – Pirâmide etária do Brasil em 2060.....	17

SIGLAS E ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhista

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

COPAB – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DESA - Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EC – Emenda Constitucional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPA – Fundação Perseu Abramo

GMV – Grupo dos Mais Vividos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PAI – Programa de Assistência ao Idoso

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PCFV – Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNI - Política Nacional do Idoso

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SBG – Sociedade Brasileira de Geriatria

SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SESC – Serviço Social do Comércio

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TSI – Trabalho Social com Idosos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ENVELHECIMENTO E CAPITALISMO	6
1.1 - Envelhecer sob o capitalismo	6
1.2 - A questão social na velhice	10
1.3 - Estado, políticas sociais e envelhecimento populacional	13
1.4 A década do Envelhecimento Saudável	22
CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A PESSOA IDOSA NO BRASIL	26
2.1 - O Estado Social e as novas configurações das políticas sociais.....	26
2.2 - O Estado Social no Brasil e seu permanente processo de desmonte	28
2.3 - Histórico da proteção social direcionadas a pessoa idosa no Brasil.....	32
2.4 - Avanços na legislação brasileira referentes aos direitos a pessoa idosa.....	34
2.5 Influência do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras direcionadas a pessoa idosa	38
CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA	41
3.1 - O Sesc	41
3.2 - O Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc	42
3.3 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	46
3.4 - Grupo dos Mais Vividos do Sesc Ceilândia	48
3.5 - Serviço Social com Grupos e o compromisso ético-político.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXOS	70
A.ROTEIRO DE QUESTÕES GRUPO FOCAL	70
B.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	71
C.PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO: OFICINA INTERGERACIONAL DE GRAFFITI	72
D.DIVULGAÇÃO DO GRUPO DOS MAIS VIVIDOS	74

INTRODUÇÃO

A velhice é um acúmulo das desigualdades vivenciadas ao longo do processo de envelhecimento. O envelhecimento, por sua vez, é complexo multidimensional e heterogêneo, dessa forma é vivenciado de formas distintas pelos sujeitos. Essa variedade nos modos de envelhecer mascara a relação com a totalidade que é determinada por mediações que explicam e conectam os distintos processos de envelhecimento à totalidade (TEXEIRA,2020). É nesse sentido que os elementos como classes sociais, gênero, raça-etnia, são determinantes que estruturam e expressam as desigualdades nos modos de envelhecer. Logo, sob a perspectiva da gerontologia social crítica, se apreende as múltiplas velhices dos sujeitos a partir das mediações presentes na sociedade capitalista.

O fenômeno do envelhecimento populacional, produto das sociedades modernas, é uma realidade em muitos países ao redor do mundo. Segundo dados divulgados pela ONU (2023)¹ as projeções é de que a população idosa mundial chegue a representar 1,6 bilhão da população mundial até 2050, a pesquisa aponta ainda que um bebê que nasceu em 2021 pode viver quase 25 anos a mais que um recém-nascido dos anos 1950. Essas projeções mobilizam os países desde a década de 1980 a pensar em estratégias para “lidar” com a “problemática social da velhice”.

Essa realidade que primeiro foi observada nos países de capitalismo central e por isso mobilizou a 1ª Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento organizada pela ONU, alcançou os países de capitalismo periférico como o Brasil. De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2021)² a população brasileira está envelhecendo. As pessoas acima de 30 anos chegaram a representar 56,1% do total da população naquele ano. Houve uma queda na população abaixo de 30 anos que em 2012 era de 98,7 milhões, em 2021 foi de 93,3 milhões. Os idosos já representam 14,7%, mostrando um crescimento de 3,4% em relação a 2012.

O envelhecimento populacional é uma conquista das sociedades modernas, mas é também um desafio ao modo de produção e reprodução das sociedades capitalistas que observa a mão de obra cada vez mais envelhecida. Com a constatação desse fenômeno a

¹ As informações estão presentes no Relatório Social Mundial 2023 que foi divulgado pelo Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Desa) em janeiro de 2023.

² Os dados se referem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada em 2021 e divulgadas em 2022 no site do IBGE.

ONU desde a década de 1980 tem mobilizado Assembleias Internacionais Sobre o Envelhecimento onde o objetivo é convocar os países a pensar sobre a temática da velhice mudando as visões negativas para visões positivas sobre a velhice. Nesse contexto, profissionais de diversas áreas são chamados a atuarem sobre a população idosa através das ações do Estado e entidades organizadas da sociedade civil, o Serviço Social é uma delas. Diante dessa realidade se observa que a profissão ainda precisa avançar na produção de conhecimento sobre a temática que tem sido um campo de trabalho para assistentes sociais tanto da iniciativa pública quanto privada da sociedade, sendo, portanto, um debate necessário a profissão, o que se tornou uma das motivações para realização da pesquisa.

Outra motivação foi a inserção no campo de estágio no Sesc Ceilândia onde o Serviço Social atua principalmente com o Grupo dos Mais Vividos (GMV) através do Trabalho Social com Idosos (TSI) o que possibilitou realizar um estudo privilegiado acerca do tema, diretamente com os idosos. Nesse campo de trabalho, o Serviço Social oferta oficinas de caráter socioeducativos ao longo da semana para os participantes do GMV. O grupo, por sua vez, se caracteriza como um serviço de convivência para a pessoa idosa, onde se observou o interesse dos participantes pelas oficinas e a alta procura pelo serviço.

O Sesc é uma entidade privada de interesse público fundada na década de 1940 com o objetivo de ofertar serviços de bem estar social, nas áreas de cultura, lazer, educação, saúde, e assistência social, aos trabalhadores do comércio e seus dependentes. Na década de 1960 foi uma entidade pioneira na promoção de serviços de convivência para a pessoa idosa no país. Ao longo dos anos, expandiu suas ações voltadas para esse segmento e hoje desenvolve papéis importantes, sendo referências muitas vezes, na formulação de propostas de políticas públicas, na produção de conhecimento e desenvolvimento de ações para a pessoa idosa no país.

A partir do exposto, o objetivo do presente trabalho é compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva dos participantes do Grupo dos Mais Vividos da Unidade do Sesc Ceilândia. Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos: Compreender como o envelhecimento se desdobra a partir do capitalismo e as estratégias propostas para lidar com o fenômeno nesse contexto, demonstrar a importância das políticas sociais voltadas para a pessoa idosa no Brasil e como seu constante processo desmonte tem impacto nas velhices, e conhecer o trabalho

social com idosos do Sesc (TSI) e a relevância desse trabalho na vida dos participantes, bem como refletir sobre a prática profissional com grupos.

A pesquisa qualitativa utilizou o método materialismo histórico-dialético. Como metodologia foi feita a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Para a pesquisa de campo foi utilizado o grupo focal como procedimento de coleta de dados, pois traz a vantagem de os sujeitos compartilharem suas vivências de forma coletiva, enriquecendo as respostas justamente pela interação dos participantes dentro do grupo. Nesse sentido, o grupo focal colaborou para entender as dinâmicas que se estabelecem dentro do Grupo dos Mais Vividos, bem como as diferentes percepções, vantagens e desvantagens que são percebidas pelos participantes, expondo os participantes a diferentes pontos de vista e possibilitou a construção de novas opiniões, sentimentos e pontos de vista. Não houve critério de participação no grupo focal tendo em vista que o convite foi feito a maioria dos participantes do GMV, assim aqueles que puderam e demonstraram interesse na pesquisa, participaram.

O grupo focal teve a participação de nove integrantes do GMV. A pesquisa contou ainda com uma entrevista semiestruturada onde as questões norteadoras foram: breve relato de suas histórias de vida, tempo de participação no GMV, as motivações que o fizeram participar do grupo e quais as contribuições que o grupo traz para suas vidas. O trabalho está dividido em três capítulos: 1) Envelhecimento e capitalismo; 2) Construção e desmonte das políticas sociais para a pessoa idosa no Brasil e 3) Importância do serviço de convivência para a pessoa idosa.

O primeiro capítulo aborda o processo de envelhecimento e a velhice sob a ótica das refrações da questão social na velhice do trabalhador, cuja velhice é um momento de preocupação, dada as condições de desigualdades sociais vivenciados ao longo de seu processo de envelhecimento. Discute sobre o papel das políticas sociais como elemento que contribui para a longevidade da classe trabalhadora que mesmo diante da superexploração do trabalho (TEXEIRA, 2020), que causa desgastes físico e mental, vivem o processo do envelhecimento populacional. Aborda ainda as discussões internacionais e nacionais sobre o fenômeno do envelhecimento populacional que se estabelece como um desafio para o modo de produção capitalista tendo em vista que mão de obra está cada dia mais envelhecida e por isso a velhice tem sido objeto de promoção de uma ideologia da velhice (HADDAD, 2017), cujo objetivo é reeducar a classe trabalhadora e promover a perspectiva do envelhecimento saudável e da velhice ativa para

que se percebam como produtivas, é nesse sentido que se problematiza também a perspectiva da Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030.

O segundo capítulo aborda como as políticas sociais são reconfiguradas a partir do Estado Social onde o Estado as utiliza como estratégia de manutenção da força de trabalho, mas também resultam das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida. Em seguida, trata sobre como é construído o Estado Social brasileiro, tendo em vista as particularidades do país. Traz ainda um breve histórico da construção das políticas sociais no país e a difícil consolidação de tais políticas, principalmente a partir dos anos 1990 onde elas são atravessadas pelas tendências neoliberais que as colocam como objeto de um processo de desmonte que persiste até os dias atuais.

Aborda o histórico da proteção social direcionadas a pessoa idosa no Brasil, que tem significativos avanços normativos a partir da Constituição Federal de 1988, e posteriormente com as legislações infraconstitucionais como o Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto do Idoso e a Política Nacional da Saúde do Idoso que direcionam outras leis, porém encontram dificuldade de serem implementadas. Por fim, faz uma breve exposição sobre como o desmonte e a dificuldade de se implementar as políticas sociais no país, inclusive as direcionadas a pessoa idosa, se relacionam com o projeto neoliberal onde o Estado é cada vez mais desresponsabilizado pela promoção do bem-estar social da população. Assim, aborda como o desmonte das políticas sociais se configura como uma expropriação de direitos (BOSCHETTI, 2020) da classe trabalhadora que impacta diretamente na forma como essa classe envelhece e como vivencia essa velhice.

O terceiro capítulo aborda a história do Sesc, instituição privada de direito público, que atua na promoção do bem-estar social da população como resposta do empresariado aos conflitos entre empregados e empregadores, a partir da década de 1940. Aborda também as ações que desenvolve desde os anos 1960 com o trabalho Social com Idosos (TSI) até os dias atuais que tem suas ações direcionadas na atualidade pela perspectiva da Década do Envelhecimento Saudável. Esse capítulo traz ainda os resultados a partir do grupo focal que teve com objetivo compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva dos idosos que participam do Grupo dos Mais Vividos (GMV) da Unidade Sesc Ceilândia. A partir dos relatos dos próprios participantes se pôde compreender como as expressões da questão social se manifestam na vida dos participantes que se dispuseram a participar da pesquisa, sem ter a intenção de generalizar a realidade que foi apresentada pelos participantes a população idosa do

Brasil ou do Distrito Federal, mas tendo em vista que aquela realidade pode ou não coincidir com a realidade de outros idosos.

CAPÍTULO 1: ENVELHECIMENTO E CAPITALISMO

1.1 Envelhecer sob o capitalismo

O envelhecimento se constitui como um processo inevitável da vida, isto quer dizer que nenhum ser humano está livre deste fato. Portanto, é correto afirmar que o processo de envelhecimento é comum a todo ser humano cujo destino é a velhice para aqueles que não tem sua vida interrompida nesse processo. Entretanto, na perspectiva da gerontologia social, envelhecer não deve ser compreendido como um processo estritamente biológico, ou seja, não se leva em consideração somente as alterações físicas e psicológicas, ele é um fenômeno biopsicossocial (TEXEIRA, 2020). Nessa perspectiva, é considerada ainda as condições sociais de existência dos indivíduos compreendendo esse processo como multidimensional, complexo e heterogêneo.

Na perspectiva da gerontologia social crítica a leitura da realidade social a partir da divisão de classes existente na sociedade é fundamental, pois se compreende que o envelhecimento é vivenciado de diferentes maneiras pelos indivíduos dependendo da sua posição de classe na sociedade. Dessa forma, é “a luta de classes que determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice” (BEAUVOIR, 2018, p. 17). Vale destacar ainda, que a análise dos diversos fatores que incidem sobre esse processo não busca “individualizar o processo do envelhecimento, em nome da diferença e heterogeneidade”, mas pretende “resgatar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade” (TEIXEIRA, 2018, p. 05).

O envelhecimento também se constitui como um processo sociohistórico que apesar de ser tão comum a “todas as épocas, culturas e civilizações” (TEIXEIRA, 2018 p. 06) é determinado pelas condições sociais e culturais de cada época. É partir da compreensão desse processo sob o capitalismo que é possível compreender o fenômeno da longevidade, visto que se trata de um fenômeno contemporâneo decorrente das sociedades modernas. Nesse sentido:

O envelhecimento enquanto processo e a velhice enquanto etapa da vida, bem como a longevidade são construções histórico-sociais e culturais que incidem sobre a estrutura biológica. Ao contrário, da universalidade abstrata e a-histórica, as pessoas envelhecem em contextos específicos, mas sem perder a relação com a totalidade, ou seja, como a sociedade como um todo e suas determinações. (TEIXEIRA, 2018, p. 08-09)

Apreender o envelhecimento como processo biopsicossocial sob a perspectiva crítica é situá-lo no estágio da sociedade cuja engrenagens se dão através do modo de produção e reprodução social das sociedades modernas. Alcançar a velhice na antiguidade não tem os mesmos significados que na contemporaneidade. De acordo com Teixeira:

(...) os atributos pessoais, as subjetividades, os modos de sentir nesta ou em outra fase da vida, as visões de mundo que caracterizam as individualidades, são construídas socialmente, culturalmente e se diferenciam ou se aproximam de acordo com a cultura, gênero, raça-etnia, o transcorrer das gerações e das condições de vida e trabalho (diferenciadas por classes e frações de classe), sendo que as desigualdades dessas condições levam e reproduzem as desigualdades do envelhecimento. (TEIXEIRA, 2018, p. 08-09)

Paula (2016) aponta que na Antiguidade a velhice, principalmente entre os gregos, era sinônimo de sabedoria, nesse sentido, havia uma valorização da pessoa idosa e sua história de vida. Essa visão é compartilhada por Oliveira (2011) quando argumenta que nesse período a velhice era o alcance de um estado de dignidade e por isso os mais velhos eram considerados sábios. França e Ferreira (2020) expõe que na Antiguidade a velhice era ainda “uma forma de impor estabilidade e respeito” (FRANÇA; FERREIRA, 2020, p. 251). A partir da Modernidade, as relações sociais de produção e reprodução da vida são determinadas pelo modo de produção capitalista que valoriza a produtividade, ou seja, toma como parâmetro o quanto se pode produzir. Nessa sociedade “há uma crescente valorização da juventude, do corpo hígido e de aparência jovem, dos processos imediatos, do descartável e mutável” (NOGUEIRA & MORAIS, 2020, p. 358). Para Paiva, com a modernidade houve um processo de fetichização da juventude:

Na versão moderna, a juventude, outrora objeto de práticas de alquimia, quando se buscava descobrir o elixir da longa vida, em contraposição à velhice, passou a ser ainda mais desejada e trocada em forma de mercadoria. Assim como o fetichismo apaga da mercadoria não só a sua história, mas também a memória da sua produção, negando qualquer centelha de vida humana na sua visualização, produz o efeito de insular o(a) velho(a) em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória, transfigurando o homem, como diria Marx, numa mera “carcaça do tempo” (PAIVA, 2014, p. 166).

A análise que considere o modo de produção e reprodução da vida se faz necessária para apreender a totalidade da realidade social. Para Haddad (2017) trazer a problemática da velhice descolada da realidade concreta é meramente reproduzir a ideologia dominante. É nesse sentido que o trabalho, categoria fundante do ser social, adquire centralidade no modo de produção e reprodução capitalista e é fundamental para

a análise do processo do envelhecimento. É importante, nesse momento, caracterizar o trabalho como uma “categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 41). Portanto, o trabalho não é produto da sociedade capitalista, mas neste modo de produção adquire peculiaridades. De acordo com Netto e Braz:

(...) as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade - obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho*. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42)

O trabalho é, portanto, uma relação mediada entre o homem e a natureza (NETTO; BRAZ, 2012). Essa relação possibilitou que o homem ao longo dos anos constituísse sua humanidade que culmina na sociedade, fundando assim o *ser social*. A sociedade aqui é entendida como “modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49) Por isso, o trabalho tem caráter coletivo, pois “seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 46,). Logo, o trabalho é fundante do ser social pois se desenvolveu ao longo do tempo em um processo de humanização dos homens, ou seja, “processo através do qual as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez menos relevantes na vida humana” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 5). Em resumo:

(...) o trabalho, tal como viemos caracterizando até aqui, só deve ser pensando como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 46)

De acordo com Netto e Braz (2012) as condições histórico-sociais dos produtos do trabalho nem sempre objetivam a expressão da humanidade do homem. Nesse sentido, “ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentés” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 56). Essa

inversão é denominada como um fenômeno histórico da alienação. Esse fenômeno é, segundo os autores, fruto das sociedades que se constituem a partir da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Nessas sociedades, a particularidade é de que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador e estes se constituem como trabalhadores expropriados. (NETTO; BRAZ, 2012). Assim, é o trabalho alienado que vai caracterizar o trabalho no modo de produção capitalista a partir da Modernidade. A produção, que nos modelos pré-capitalistas, era feita no espaço privado cujo objetivo era satisfazer as necessidades domésticas, passa a ser feito no espaço público, mudança que decorre do processo de expropriação dos meios de produção. O trabalho livre que emerge com a modernidade na leitura marxiana teve como prerrogativa a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores. Para Paiva:

Pela via da alienação do trabalho, como foi visto anteriormente, o operariado passou a trabalhar para o capitalista a quem entrega, na condição de assalariado, o produto do seu trabalho que será apropriado pelo capital. Esse mecanismo de expropriação atinge os objetos mais necessários à vida e ao trabalho, negando o(a) trabalhador(a) aos limites da fome. Assim, alienado(a) do seu produto, o (a) trabalhador(a) está alienado(a) de si mesmo(a). Com a divisão social do trabalho, ocorre a cisão entre as forças intelectuais (os que pensam) e materiais (os que produzem) de produção; entre diversão e trabalho; consumo e produção; controle e produção. (PAIVA, 2014, p. 163)

O modo de produção e reprodução capitalista se baseia nas relações de compra e venda de mercadorias e por isso se distingue dos modos de produção antecedentes. A sua essência é a produção de mercadorias que “tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 93) Os trabalhadores expropriados dos meios de produção possuem a sua força de trabalho como única mercadoria para participar das relações de compra e venda no mercado. Sua força de trabalho é vendida em troca de um salário, o que inaugura assim a concepção de trabalho assalariado (NETTO; BRAZ, 2012).

É nesse contexto que a velhice deixa de ser uma experiência vivenciada dentro do ambiente doméstico e passa a ocupar o espaço público. Nas palavras de Paiva “a fase que encerra o curso da vida humana deixou de ser uma experiência vivenciada pelo indivíduo, no espaço privado, quando eram estabelecidas redes familiares de interdependência de produção e proteção, para ocupar o espaço público, desafiando a lógica de acumulação do capital” (PAIVA, 2014, p. 64). Assim, a reivindicação por direitos do trabalho, que é fundamentalmente produto da sociedade moderna, é incorporada pela dimensão da

proteção social ao envelhecimento à questão da velhice dos trabalhadores e trabalhadoras (PAIVA, 2014). Portanto, a leitura sobre os direitos e o surgimento da política social, ambas fruto da sociedade moderna, não deve desconsiderar a centralidade do trabalho e a exploração do trabalho na sociabilidade capitalista (BOSCHETTI, 2020), nisso se insere também os direitos da pessoa idosa.

1.2 - A questão social na velhice

O envelhecimento é compreendido, sob a perspectiva crítica, a partir da “questão social” que atribui “centralidade à problemática social do envelhecer do trabalhador, e não como uma circunstância inexorável que atinge a todo o grupo etário, independentemente de como a força de trabalho é expropriada e explorada.” (SANTOS; NASCIMENTO *apud* TEXEIRA (2008), 2020, p. 166). Ainda que não haja consenso na literatura especializada sobre a definição da questão social (NETTO, 2001) há um consenso de que ela é um produto do modo como são constituídas as relações de produção e reprodução na sociedade capitalista. Nesse sentido, a “questão social” pode ser compreendida enquanto “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2001, p. 11). Em resumo:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (...) Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho - está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente de miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”. (IAMAMOTO, 2022, p. 32)

Vale destacar ainda que a questão social é também o que Iamamoto (2022) chama de *rebelia*, visto que os sujeitos que vivenciam as desigualdades resistem frente a elas. Portanto, a questão social, objeto do trabalho profissional de assistentes sociais, abarca tanto a produção das desigualdades como de resistências. (IAMAMOTO, 2022)

Essa contradição capital/trabalho intrínseca ao modo de produção e reprodução social no capitalismo definem duas classes sociais antagônicas e contraditórias. Para

Marx e Engels (2005) a emergente sociedade burguesa moderna deu novos sentidos ao antagonismo classes. Se antes da modernidade a luta de classes já era existente, a inovação que a modernidade traz é simplificar os antagonismos ao ponto de dividir a sociedade em duas grandes classes cujos interesses são contraditórios e antagônicos: a burguesia e o proletariado. A primeira é dona dos meios de produção e a segunda, expropriada dos meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário para suprir suas necessidades e de sua família e serem capazes de se reproduzirem enquanto classe. Nessa perspectiva, Netto e Braz afirmam que:

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletariado (ou operário). As *classes fundamentais* do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 97)

Na contemporaneidade, perdura o antagonismo de classes, porém o atual estágio de um capitalismo monopolista financeiro torna as relações de exploração da força de trabalho mais complexas e a classe trabalhadora mais heterogênea do que a época de Marx. Isso ocorre porque o capitalismo necessita constantemente expandir seus territórios de exploração, reestruturar o mundo do trabalho afim de garantir e elevar as taxas de lucro e ainda lidar com as crises cíclicas que também é uma característica própria desse modo de produção o que tem impacto direto na classe trabalhadora envelhecida. De acordo com Paiva:

Sem embargo as manobras da ofensiva neoliberal vão atingir, na contemporaneidade, o segmento mais velho da classe trabalhadora, principalmente, mediante estratégias que o detenham ou o remetam de volta ao mercado capitalista de trabalho, não livrando esse segmento dos mecanismos mais bárbaros de exploração. Seja pela via do subemprego, da precarização; seja pela via da “provedoria” de seus descendentes etc. (PAIVA, 2014, p. 163)

As desigualdades criadas pelo capitalismo também podem ser observadas de forma macroestrutural onde os países periféricos, como é o Brasil, convivem com a superexploração de sua força de trabalho. Nesse sentido, as consequências são o desgaste prematuro dos trabalhadores principalmente os informais que além da superexploração

convive com a não garantia de direitos trabalhistas. Porém a realidade da superexploração do trabalho também está alcançando os países centrais tendo em vista a necessidade constata de expansão da acumulação capitalista. (TEXEIRA, 2021).³

Para uma análise das desigualdades sociais em sua totalidade produzidas pela contradição capital/trabalho não se pode deixar de lado os determinantes como o gênero, raça, geração, dentre outros. Esses determinantes são fundamentais para compreender como as desigualdades sociais impactam de diferentes formas as camadas da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2009)⁴ e, portanto, determinam como as classes sociais envelhecem. O envelhecimento vivenciado pela classe trabalhadora não é o mesmo que aquele vivenciado pelos capitalistas, entretanto, o envelhecimento dentro da própria classe trabalhadora também é vivenciado pelos trabalhadores de formas diversas a depender da fração que ocupa dentro da classe. Para Teixeira (2021) há uma tendência de determinadas perspectivas da gerontologia de mascarar essas diversas formas de envelhecer, tratando os problemas como individuais ou como resultado de uma certa incompetência dos indivíduos de gerir os riscos sociais “naturais” de sua existência.

As condições de vida dos trabalhadores, as desigualdades vivenciadas ao longo de sua trajetória de vida, as condições de trabalho, o acesso ou não as políticas públicas, determinam a velhice da classe trabalhadora. Assim “a verdadeira “tragédia do envelhecimento” é, por sua vez, o resultado das condições objetivas de vida dos(as) trabalhadores(as) e não um dado natural do envelhecimento humano em sua universalidade” (PAIVA, 2014, p. 63) Paiva acrescenta que:

Enquanto para os segmentos majoritários das populações o destino mais previsível a ser cumprido é o de envelhecer precocemente, trabalhando, acumulando doenças e perdendo capacidade funcional – ao sistema do capital – de maneira acentuada, sentindo o peso da velhice indesejada como um fardo que se confunde com o próprio calvário trilhado até a morte; para poucos e, cada vez menos, essa lógica não se aplica de maneira trágica, mesmo havendo a doença, pois, longe destes, a velhice daqueles é um dado estranho, quase desumano, não fossem humanas as mudanças que o tempo, à revelia do ser, mais cedo ou mais tarde, tratará de proceder. (PAIVA, 2014, p. 166-167).

³ Essa visão de que a superexploração tem atingido os países de capitalismo central não é um consenso na literatura, visto que alguns autores consideram a superexploração do trabalho como uma característica própria dos países latinoamericanos dada sua condição de capitalismo dependente.

⁴ Antunes empregou esse termo em seu livro *Os Sentidos do Trabalho* para se referir a classe trabalhadora na contemporaneidade em oposição a argumentação de alguns intelectuais que indicavam o fim da categoria trabalho. Assim, para o autor a categoria trabalho ainda é relevante e inclui todos que vendem sua força de trabalho, sejam os trabalhadores produtivos ou improdutivos, essa classe é, portanto, heterogênea e complexa.

De acordo com Santos e Nascimento (2020) há uma diversidade de representações sobre a velhice na contemporaneidade que muitas vezes escondem a heterogeneidade do envelhecimento vivenciado, nessa perspectiva, Teixeira (2018) afirma que a leitura demográfica do envelhecimento resulta em “visões homogeneizantes a-históricas e abstratas” (TEXEIRA, 2018, p. 03), pois desconsideram as condições materiais de existência, assim, nas palavras da autora “a demografia apresenta médias, números absolutos que quase sempre desconsideram e ocultam as diferenças e desigualdade que atravessam os modos dos homens e mulheres envelhecerem” (TEXEIRA, 2018, p. 03). Esse tipo de leitura tem sido utilizada muitas vezes para fundamentar argumentos a favor da ampliação do tempo de contribuição dos trabalhadores, ampliação para idade mínima para aposentadoria e desmonte de políticas sociais conquistadas historicamente pela classe trabalhadora com o argumento de redução dos gastos públicos (TEIXEIRA, 2018).

1.3 - Estado, políticas sociais e envelhecimento populacional

De acordo com Paiva (2014) grande parte dos indivíduos ao alcançar a velhice implicará que o Estado intervenha em suas demandas pois “as questões acumuladas durante o curso de vida e evidenciadas na velhice, cada vez menos caberão nos limites do espaço privado, devendo, assim, ser tratadas pelo sistema público de proteção social.” (PAIVA, 2014, p. 168). Para a autora a velhice do proletariado dos últimos séculos não se difere da velhice na contemporaneidade, exceto pela longevidade e crescimento populacional, visto que as respostas do Estado “às questões da velhice da classe trabalhadora não alteram substancialmente as condições objetivas de vida” (PAIVA, 2014, p.168). Nessa perspectiva, Haddad argumenta que:

(...) As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão de obra. (HADDAD, 2017, p. 66)

Na sociedade de classes baseada na exploração do homem pelo homem, o Estado tem papel fundamental na mediação dos antagonismos das classes por meio das políticas sociais. Sobre isso, Netto argumenta que a política social dentro do contexto de um Estado

burguês e capitalismo monopolista se traduz em processos de preservação e controle da força de trabalho (NETTO, 2017) tendo em vista que:

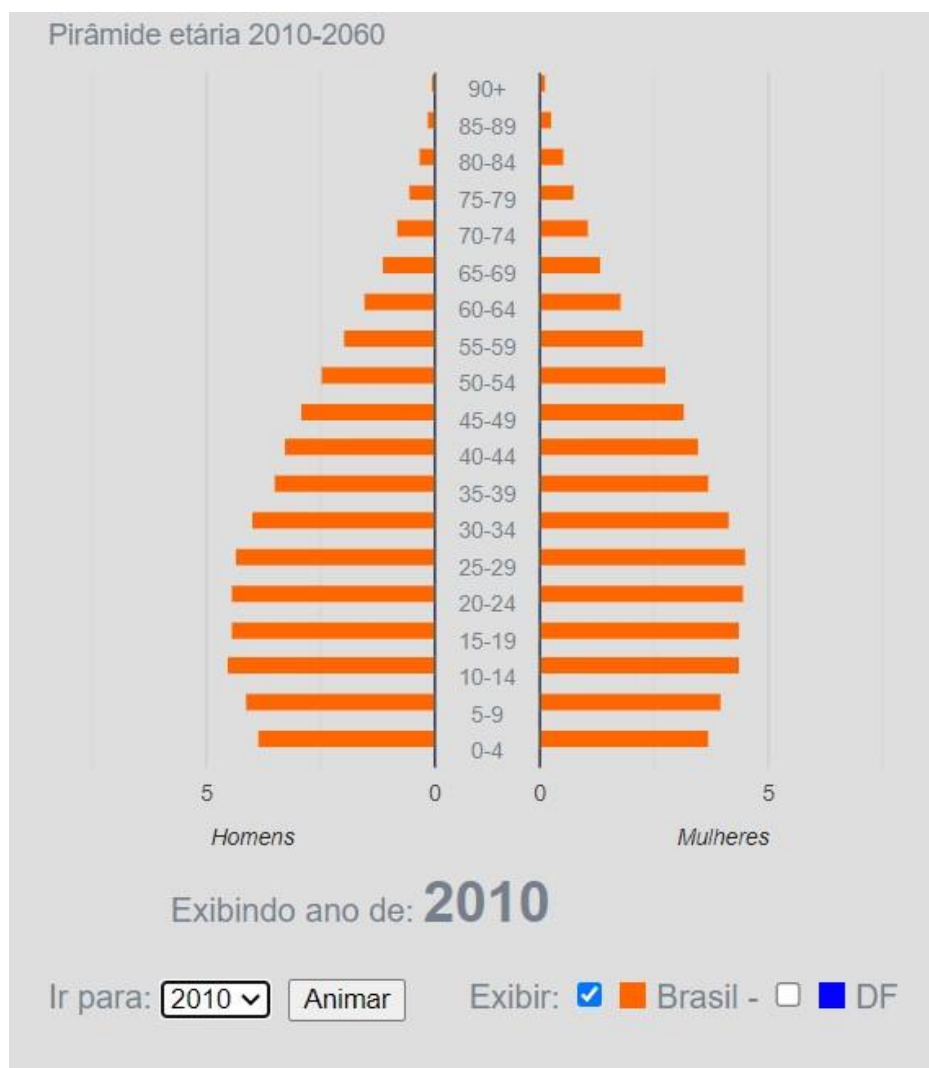
Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consensos variados, mas operantes. (NETTO, 2017, p. 31)

O papel fundamental exercido pelas políticas sociais na regulação da força de trabalho é exemplificado a partir do fato de que mesmo diante da realidade da exploração da mão de obra dos trabalhadores, que tem como consequências o desgaste prematuro de suas condições físicas e psicológicas, exposição a riscos e acidentes de trabalho que são prejudiciais a sua saúde e a sua vida e a não garantia uma velhice segura, a tendência que se tem assistido ao redor do mundo é o fenômeno do envelhecimento populacional. Esse fenômeno é explicado pela literatura especializada como consequência dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde que possibilitaram o prolongamento de vida da população mundial. Entretanto, as políticas sociais também são fundamentais no atual contexto pois garantem aos trabalhadores acesso aos meios que possibilitem que o seu tempo de vida se prolongue (TEXEIRA, 2020; 2021).

Para Santos & Nascimento (2020) o envelhecimento populacional se tornou uma realidade tanto pelos avanços tecnológicos na área da saúde quanto pela ampliação do acesso à política social de saúde pública que hoje convive com um processo contínuo de sucateamento e privatização. As políticas sociais e os direitos que resultam delas são respostas do Estado à luta de classes, nesse sentido “por um lado, os direitos e políticas sociais são elementos constitutivos da ordem capitalista; e por outro decorrem da luta e conquista da classe trabalhadora por melhores condições de vida, sendo, portanto, processos contraditórios” (BOSCHETTI, 2020, p. 2).

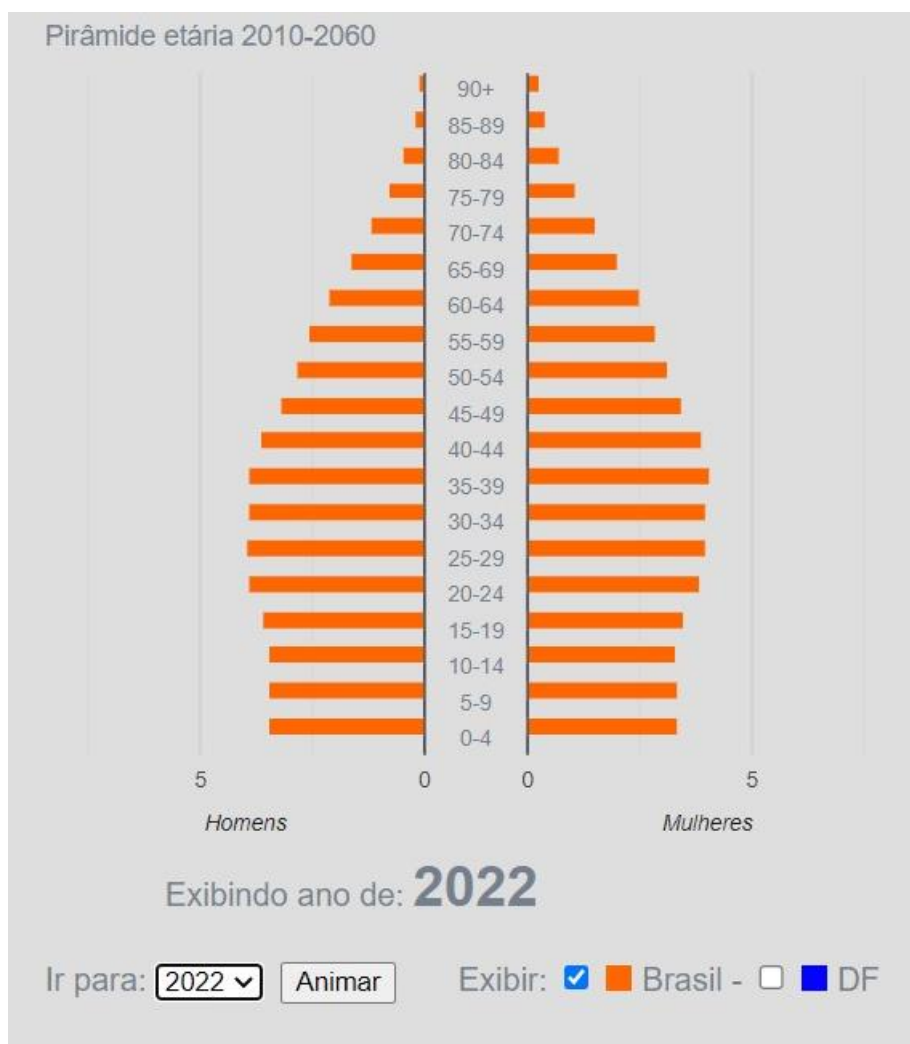
Até mesmo em países de um capitalismo periférico, como é o caso de vários países da América Latina, o envelhecimento populacional já é uma realidade inexorável. No caso do Brasil, as projeções feitas pelo IBGE demonstram que tem tido uma mudança na pirâmide etária do país e que a tendência é de que a população acima de 60 anos continue a crescer nas próximas décadas. Como pode ser observado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 – Pirâmide etária do Brasil em 2010



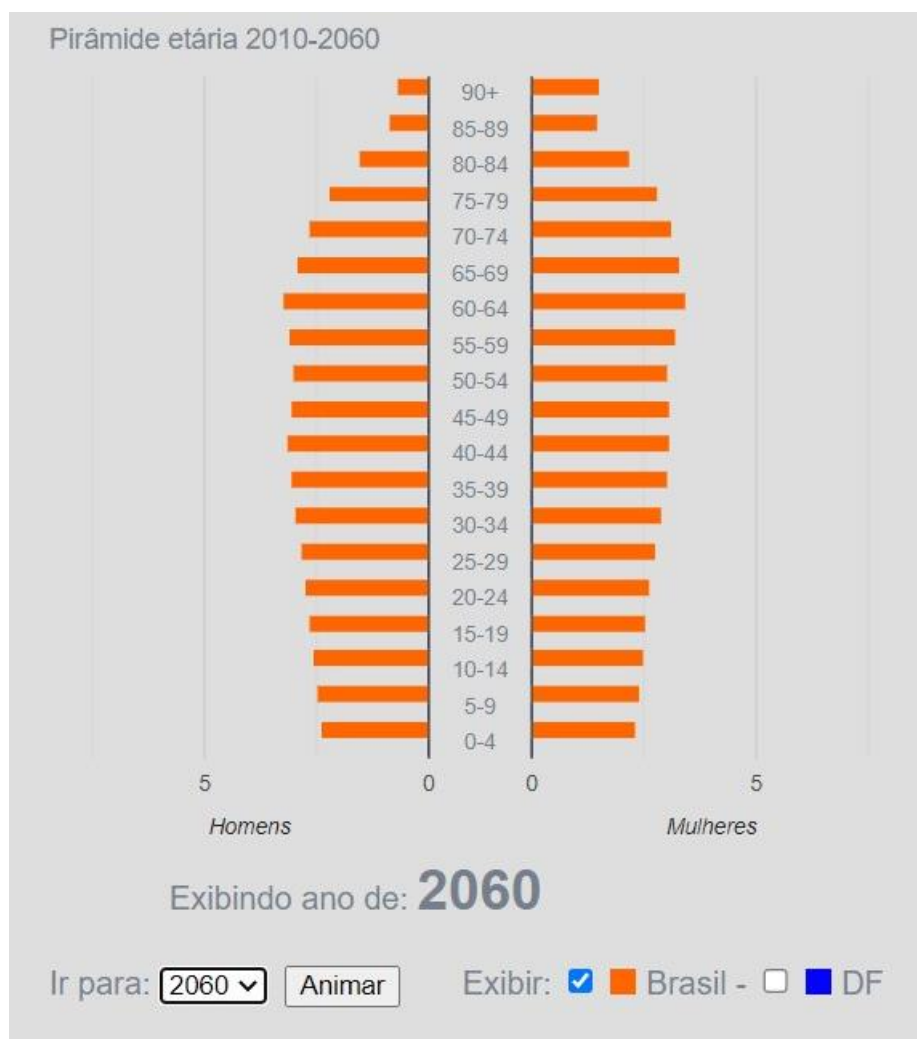
FONTE: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, IBGE.

Gráfico 2 – Pirâmide etária do Brasil em 2022



FONTE: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, IBGE.

Gráfico 3 – Pirâmide etária do Brasil em 2060



FONTE: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, IBGE

Observa-se que há uma mudança drástica na pirâmide etária de 2010 a 2060, mostrando que em poucos anos a população idosa será ainda maior. Esse fato reforça mais ainda a importância que as políticas sociais têm na manutenção da força de trabalho no país, visto que em países como o Brasil, as condições de exploração de trabalho são mais intensas, chegando a ser caracterizada por alguns autores como uma superexploração (TEXEIRA, 2021) o que traz a importância de se refletir como essa população tem vivenciado suas velhices. Para Boschetti:

Em países de capitalismo periférico e dependente, nos termos de Florestan Fernandes a classe trabalhadora sofre uma condição de exploração ainda mais intensa, o que agudiza as desigualdades sociais e revela barbaramente o antagonismo entre capital e trabalho, com intensa precarização das relações e condições de trabalho, com o aumento do desemprego estrutural e de longa duração, com a manutenção de baixíssimos salários, destruição acelerada dos direitos conquistados; violência urbana e rural, degradação das condições de vida, sobrevivência nos limites da reprodução humana. Em contexto de crise do capital, intensifica-se o agravamento da exploração da classe trabalhadora, o que revela a incompatibilidade entre acumulação e igualdade substantiva, ou entre mercantilização e atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. (BOSCHETTI, 2020, p. 3)

A temática do envelhecimento se torna objeto de debate público internacional nos anos 1980 quando se observa que a população dos países de capitalismo central já apresentava um crescimento expressivo do envelhecimento populacional. De acordo com Haddad (2017) esse aumento populacional é convertido em uma “problemática social” que afeta aqueles que tem responsabilidade com os idosos “a família, as instituições privadas e o Estado” (HADDAD, 2017, p. 157). No plano internacional, acontece em Viena a 1ª Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento que resultou no 1º Plano de Ação Internacional acerca do tema (CAMARANO, 2016; MELEIRO, BRITO E NASCIMENTO, 2020; ESCORSIM, 2021). O debate tinha como foco o fenômeno do envelhecimento que ocorria nos países centrais, porém alguns países latinoamericanos começaram a incorporar progressivamente o tema a suas agendas políticas. Sobre a Assembleia, Escorsim (2021) afirma que a partir dela se estabeleceu a velhice nos países desenvolvidos a partir de 65 anos de idade e 60 anos de idade nos “países em desenvolvimento”⁵. Segundo Santos e Nascimento (2020) há um caráter predominante de ideias liberais na Assembleia, onde o Estado atua com papel secundário e divide as responsabilidades sociais no trato as expressões da “questão social”.

Em 1991 a Assembleia Geral da ONU instituiu os Princípios das Nações Unidas para os idosos “encorajando os governos a adotarem em seus programas 18 direitos das pessoas idosas relacionados à independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade.” (CHIARELLI; BATISTONI, 2022, p. 100). No final dos anos 1990, mais precisamente em 1999, a ONU declara o Ano Internacional das Pessoas Idosas, que teve como objetivo trazer visibilidade à temática do envelhecimento. É nessa década que

⁵ O termo foi empregado de acordo com a literatura, porém se compreende que países de capitalismo periférico não podem ser considerados países em desenvolvimento, visto que a estrutura capitalista não permite que países como o Brasil sequer alcance um dia o desenvolvimento de países de capitalismo central.

ocorrem ainda os primeiros estudos populacionais sobre envelhecimento no Brasil tais como Projeto Epidoso (1991), Projeto Bambuí (1997) e Estudo SABE (1999) que segundo com Chiarelli e Batistoni *apud* Albert (2018) ainda são utilizadas como embasamento para o desenvolvimento científico no país.

A segunda Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento só vai ocorrer em 2002. De acordo com Chiarelli e Batistoni (2022) é com a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento que ocorre a adoção do II Plano de Ação Internacional Para o Envelhecimento que “afirmava a necessidade de mudanças em termos de atitudes, políticas e práticas para conseguir responder à longevidade do século XXI.” CHIARELLI; BATISTONI, 2022, p. 101). No ano seguinte é aprovado o Plano de Ação Mundial Sobre o Envelhecimento – PAME que serviu de parâmetro para adoção de medidas sobre envelhecimento para o início do século XXI. Entre os anos 2003 e 2017 ocorreram as Conferências Regionais Intergovernamental sobre Envelhecimento da América Latina e Caribe cujas as recomendações eram pensar condições favoráveis de envelhecimento a partir da realidade das populações dos países da América Latina e do Caribe (MELEIRO; BRITO e NASCIMENTO, 2020).

Progressivamente as assembleias e os debates sobre o envelhecimento propiciaram uma mudança significativa a respeito da pessoa idosa, onde a visão negativa que concebia essa população como um grupo dependente, vulnerável e decadente passa para uma visão positiva e ativa, assim os idosos passam a ser vistos como protagonistas de sua história (CAMARANO, 2016; MELEIROS, BRITO E NASCIMENTO, 2020). É nesse sentido, que no final do século XX há a adesão a termo da “terceira idade” no lugar de “velhice” que representa um estágio da vida como um momento de realizações pessoais e de tempo para autocuidado. É também uma noção que compreende o conceito de “jovens velhos” tendo em vista a valorização da juventude na sociedade, nesse período se incorpora também do conceito de “idosos” no lugar de “velhos” (FABRÍCIO; SARAIVA E FEITOSA *apud* GROISMAN, 1999 e BRIMAN, 1995).

De acordo com Santos & Nascimento (2020) na atual sociedade há a transformação da população idosa em consumidoras o que se evidencia pela criação de novos nichos de mercados para aqueles que usufruem da aposentadoria, realidade que tem sido cada vez mais difícil para muitos devido as contrarreformas ocorridas no país, incentivando o consumo da chamada *terceira idade*, principalmente no que diz respeito às indústrias de saúde e lazer, esporte e cultura (SANTOS; NASCIMENTO, 2020).

Em âmbito nacional, entre 2006 e 2016, ocorreram as conferências nacionais que tratam especificamente do processo de envelhecimento e da velhice no país. A próxima aconteceria em 2019, porém nunca ocorreu e não há previsão para seu acontecimento. Para Meleiro, Brito e Nascimento (2020) esse fato reflete o descaso do governo Bolsonaro perante a temática e a proteção dos direitos dos idosos. As autoras consideram que essas conferências são “verdadeiros espaços de debate e de participação decisória da sociedade civil na formulação de políticas públicas direcionados ao segmento da pessoa idosa” (MELEIRO; BRITO; NASCIMENTO, 2020, p. 286). Nesse sentido, se nota que o Brasil ainda precisa dar mais importância para as questões que dizem respeito ao processo do envelhecimento e a pessoa idosa, pois os avanços das legislações não significaram avanços na prática tendo em vista que os direitos da pessoa idosa encontram dificuldades para sua efetivação.

De acordo com Paiva (2014) ao constatar que o envelhecimento adquire o status de fenômeno aliado aos sistemas de proteção historicamente estruturados surge uma nova demanda que coloca em debate repensar modelos “organizados de expansão de postos de trabalho e da brevidade do período de aposentadoria” (PAIVA, 2014, P. 29). É importante dizer ainda que isso ocorre na contemporaneidade seguindo a tendência neoliberal de desregulamentação de direitos (PAIVA, 2014), pois o Estado é fundamental para o capital, visto que “O Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário.” (ANTUNES, 2011, p. 19). Portanto:

(...) é fundamental lembrar que, visivelmente, os indicadores sociais do envelhecimento estão sendo incrementados no momento de um encolhimento do Estado moderno, diante das suas responsabilidades para com o trabalho, no cenário pleno de desregulamentação dos direitos sociais conquistados historicamente. (PAIVA, 2014, p. 31)

Para Haddad (2017) o crescimento demográfico da população idosa coloca a velhice como objeto do que ela chama de “adestramento político e moral” que é a origem da produção de ideologias. É nesse sentido, que a velhice se torna objeto de tutela por parte do Estado e de instituições públicas e privadas respaldadas pela geriatria e gerontologia a partir da produção do que ela chama de ideologia da velhice. Para Haddad:

A ideologia da velhice é uma dimensão da necessidade de se criar o velho tutelado. Para conseguir tal finalidade, o Estado propõe a transformação do velho em objeto de reeducação constante, o que é possível através do trabalho social, amparado pelo saber médico.

Assim, esse saber está articulado a práticas e normativas: o Estado objetiva a criação de todo um aparato posto em nome do funcionamento por profissionais especializados, como assistentes sociais, médicos, educadores, sociólogos, psicólogos e outros. Tais profissionais, colocados a serviço dos velhos, compõem o quadro de serviços ideal e supostamente apto para garantir um bom padrão de atendimento ao idoso. A eles é reservada uma tarefa assistencial visando um alvo privilegiado: a patologia da velhice. (HADDAD, 2017, p. 166)

Vale destacar que a ideologia não deve ser reduzida a uma falsa consciência, pois ela abarca também uma perspectiva que faz frente a ideologia dominante (HADDAD, 2017). Assim, a ideologia deve ser compreendida como “uma visão de mundo”. No caso da problemática social da velhice, a ideologia da velhice atua como “expressão da ideologia dominante”, pois a problemática social da velhice, “é formulada pelos seus teóricos, de forma autônoma, independente da realidade concreta que a produz” (HADDAD, 2017, p. 129), ou seja, desconsidera as relações de produção e reprodução da vida sob a égide do capitalismo e produz, dessa maneira, a “falsa consciência sobre a realidade”. Para esse projeto, de acordo com Haddad (2017), a geriatria e a gerontologia se constituem “como produtoras intelectuais do discurso competente sobre a velhice” (HADDAD, 2017, p. 106) que “colocando-se como detentoras dos segredos da velhice, buscam reorganizar o comportamento dos idosos” (HADDAD, 2017, p. 249) e são fundamentais para produzir a ideologia da velhice, pois se colocam a serviço do Estado e das instituições privadas no seu projeto de tutelar a velhice a partir do adestramento político e moral. Para a autora:

O adestramento político dos velhos gira em torno de dois polos distintos: o primeiro tem por eixo a difusão dos preceitos médicos, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que deve levar os velhos a tomar consciência do que é clinicamente a velhice, procurando preservar o “corpo capitalista”; o segundo objetiva direcionar a vida dos idosos para diminuir o custo social a sua manutenção. (HADDAD, 2017, p. 249)

A geriatria e a gerontologia surgem em um contexto muito específico e favorável ao argumento de Haddad. A respeito do surgimento da Gerontologia Oliveira (2011) afirma que ela surge após Segunda Guerra Mundial e “vem ao encontro da necessidade de aprofundarmos estudos para compreender os processos de se tornar idoso no ciclo da vida humana” (OLIVEIRA, 2011, p. 19). De acordo com o autor, ela se divide em três áreas: Gerontologia Experimental que abarca “o estudo das células, dos órgãos e de todo organismo humano” (OLIVEIRA, 2011, p. 20); Gerontologia Médica ou Geriátrica que diz respeito ao “estudo das doenças do envelhecimento humano, sendo o ramo que

primeiramente se desenvolveu” (OLIVEIRA, 2011, p. 20) e a Gerontologia Social que “representa o estudo dos processos psicossociais do envelhecimento e trata da cooperação entre os demais ramos do conhecimento” (OLIVEIRA, 2011, p. 20). Para Paiva (2017) a Gerontologia é o campo cuja tendência é de fazer os estudos focados na velhice, descolado da visão totalizadora. Porém, não reflete em sua totalidade a produção da Gerontologia Social visto, ainda sendo minoria, existe uma produção no campo da Gerontologia Social sob perspectiva crítica.

Dito isso, vale destacar que o aumento da população idosa no mundo, que implicou uma mudança na pirâmide etária em diversos países inclusive países de capitalismo periférico como é o caso do Brasil, não significou e não significa melhora nas condições de vida da população. Quanto mais se desenvolvem as sociedades sob o capitalismo mais latente são as lutas de classes, visto que a concentração da riqueza na mão de uma parcela pequena permanece e as desigualdades sociais se agudizam devido as conjunturas. Nesse sentido, a análise empreendida até aqui mostra que o envelhecimento populacional se tornou uma nova demanda incorporadas pelas agendas políticas para garantir a regulação das relações sociais de produção e reprodução de uma força de trabalho que a cada dia se mostra mais envelhecida.

Seguindo as tendências neoliberais o Estado tem se responsabilizado cada vez menos diante da problemática social da velhice e as propostas têm sido direcionadas pela ideologia da classe dominante. Assim, os idosos são cada vez mais responsabilizados pela sua velhice e a população no geral pelo seu processo de envelhecimento desconsiderando, dessa forma, as relações sociais e individualizando as respostas a questão social da velhice.

1.4 A década do Envelhecimento Saudável

No ano de 2020 a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou a Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 como estratégia para “alcançar e apoiar ações de construção de uma sociedade para todas as idades” (OPAS on-line) tendo em vista o processo acelerado de mudança no perfil demográfico da população do continente latinoamericano. Nesse sentido se pretende incentivar ações que visem o desenvolvimento de um processo de envelhecimento saudável compreendendo que “saudável” não significa a ausência de doenças, mas a promoção da habilidade funcional da população idosa de fazer o que for de seu interesse. De acordo com o documento

disponibilizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que trata sobre a *Década*:

Envelhecimento Saudável significa desenvolver e manter a habilidade funcional que permite o bem-estar na idade avançada.

A habilidade funcional é determinada pela capacidade intrínseca de um indivíduo (isto é, a combinação de todas as capacidades físicas e mentais do indivíduo), pelo ambiente em que ele ou ela vive (compreendido no sentido mais amplo possível e incluindo os ambientes físico, social e político) e pelas interações entre eles. (OPAS, 2020, p. 3)

Segundo o documento as razões que levam a uma “ação combinada, catalítica e sustentada” na *Década do Envelhecimento Saudável* de acordo com OPAS são longevidade inexorável e as poucas evidências sobre se há melhora na situação de saúde das pessoas idosas comparadas a gerações anteriores tendo em vista que há disparidades entre as populações e dentro das populações (OPAS, 2020). A preocupação que norteia a *Década do Envelhecimento Saudável* é de que

Pessoas que vivem esses anos de vida adicionais com uma boa saúde e que continuam participando e sendo parte integrante de suas famílias e comunidades fortalecerão sociedades; entretanto, caso os anos adicionais sejam dominados por uma saúde debilitada, isolamento social ou dependência de cuidados, as implicações para as pessoas idosas e para a sociedade são muito negativas (OPAS, 2020, p. 2)

Apoiado na Agenda 2030⁶ a *Década* “preenche lacunas na saúde e no bem-estar por meio do fortalecimento de abordagens multisetoriais do envelhecimento saudável” (OPAS, 2020, p. 4), e surge a partir do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madri. A visão da *Década* é de que “todas as pessoas possam ter vidas longas e saudáveis” e o foco é a segunda metade do curso da vida

Considerando as questões únicas da pessoa idosa e a limitada atenção dada a esse período em comparação com outros grupos etários, assim como a estratégia global, a *Década* foca no que pode ser feito pelas pessoas na segunda metade de suas vidas. Caso implementadas em múltiplos níveis e em múltiplos setores, as ações descritas neste documento beneficiarão tanto a geração atual como as gerações futuras de pessoas idosas. OPAS, 2020, p. 5)

⁶ Retrata os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de um plano global com 17 metas estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. Abrangendo vários aspectos para o desenvolvimento sustentável e econômico, busca atingir um mundo melhor para todos os povos e nações até 2030 com foco nas pessoas mais vulneráveis. Os detalhes sobre o plano estão disponíveis no site das Nações Unidas Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Segundo o documento, a Década é uma necessidade para mudar a perspectiva sobre o envelhecimento da população que passa de um desafio para uma oportunidade, pois a preocupação com os esperados aumento nos custos com a população idosa pode não ser real, porque de acordo com o documento, há evidências que esses custos podem não ser tão alto, onde a mudança na respectiva “proporcionarão benefícios econômicos e sociais significativos” (OPAS, 2020, P. 6)

Pelo contrário, pessoas idosas proporcionarão benefícios econômicos e sociais significativos, especialmente quando forem saudáveis e ativas por exemplo, participando diretamente da força de trabalho formal e informal, por meio de impostos, consumo, contribuições previdenciárias, transferências de fundos e propriedades para as gerações mais jovens e na realização de trabalho voluntário. (OPAS, 2020, P. 6)

O documento faz referência ainda sobre as áreas de ação pois afirma que a Década exige que haja mudanças fundamentais tanto nas ações, como na forma como se pensa a idade e o envelhecimento. Os setores que serão envolvidos são o de saúde, financeiro, de cuidados de longo prazo, proteção social, educação, trabalho, moradia, transporte, informação e comunicação, envolvendo governos locais, subnacionais, nacionais, prestadores de serviço, sociedade civil, setor privado, organizações voltadas à pessoa idosa, academia as pessoas idosas, familiares e amigos. Descreve assim que as ações giram em torno de

- Mudar a forma como pensamentos, sentimentos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento;
- Garantir que comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas;
- Entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequadas à pessoa idosa; e
- Propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem (OPAS, 2020, p. 6-7)

Se observa um forte apelo de tornar as pessoas idosas economicamente “úteis” à sociedade, visto que o envelhecimento populacional é um fato inexorável. Assim, se pretende que a noção de “saudável”, onde claramente predomina a dimensão biológica excluindo a dimensão social da saúde, é uma busca por fazer esse segmento menos oneroso à sociedade, isso fica claro quando o documento afirma a mudança de perspectiva de “desafio para oportunidade” e cita os benefícios econômicos e sociais que isso pode trazer.

A noção de envelhecimento saudável proposto pela *Década de Envelhecimento Saudável 2020-2030* é desafiada pelo próprio modo como se dão as relações de produção

e reprodução da vida no capitalismo, onde tais relações sociais provocam o desgaste físico e mental dos trabalhadores. Isso é intensificado em realidades como o Brasil, onde prevalece a superexploração da força de trabalho. Não há como desconsiderar que as condições de trabalho, cada vez menos protegido, é um fator determinante na saúde do trabalhador o que incide diretamente o seu processo de envelhecimento. Não há como propor um envelhecimento saudável que desconsidere a indissociabilidade entre a dimensão biológica e a dimensão social. Por fim, não há como desconsiderar que o modo como se dão as relações de produção e reprodução no capitalismo requer o desgaste da força de trabalho e que a cada dia são intensificados para garantir a acumulação capitalista.

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A PESSOA IDOSA NO BRASIL

2.1 O Estado Social e as novas configurações das políticas sociais

O século XIX marcou o começo de inéditos papéis assumidos pelo Estado a partir da implementação de novas formas de política social nos países de capitalismo central decorrentes das mudanças sociais, políticas e econômicas iniciadas no final do século XVIII. Pereira (2009) cita a Revolução Industrial iniciada no século XVIII, a eclosão da democracia de massas e a constituição dos Estados nacionais como principais acontecimentos que dão um novo perfil do Estado e da política social e que resultam mais tarde no *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Segundo a autora, o “social” passa a ocupar lugar entre a organização política e o sistema econômico “com a finalidade de regular as forças livres do mercado e as tensões sociais de novo estilo.” (PEREIRA, 2009, p. 32)

Nos fins do século XIX, prevaleceu de fato um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos favoráveis à construção de um moderno conceito de proteção social. E este conceito, ao associar bem-estar à cidadania, expressou verdadeiramente um padrão de regulação sócio-econômico avesso ao paternalismo, passando a ser visto como o início do *Welfare State*. (PEREIRA, 2009, p. 34)

O *Welfare State* não inaugura a concepção de política social, mas nesse contexto ela adquire novas configurações. Pereira (2008) compreende a política social como produto da relação entre Estado e sociedade onde predominam a luta de classes seja no período escravista, feudal ou capitalista. Para ela não se pode pensar na política social a partir de um enfoque evolucionista que começa com a caridade privada, passa pela beneficência e assistência e termina em uma prática evoluída associada ao *Welfare State*. (PEREIRA, 2009). As políticas sociais pré-capitalistas, segundo Behring e Boschetti, eram predominantemente de cunho “punitivistas restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51) com a Revolução Industrial desponta as lutas pela regulação normal da jornada de trabalho e o início de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). De acordo com as autoras:

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente

relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Pierson, 1991), para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945). (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47)

Já no século XX, sob a égide do capitalismo tardio que “caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capitalismo, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas)”(BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 82-83) o Estado assume um papel fundamental no trato a questão social. É nesse sentido que se estabelece em alguns países da Europa após a Segunda Guerra Mundial o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Boschetti (2020) criou-se a ilusão, após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a crise de 1929, que a ampliação dos direitos e das políticas sociais propostas pelo *Welfare State* na Europa poderiam garantir o bem-estar social ou mesmo garantir a cidadania e igualdade sob o capitalismo.

Behring e Boschetti (2011) argumentam ainda que o Estado Social capitalista do século XX deu continuidade ao Estado Liberal que preponderou no século XIX, nessa perspectiva, “Não se trata, então de estabelecer uma linha evolutiva linear entre Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63). As ações conformaram o Estado Social capitalista “que foi uma importante estratégia anticíclica e teve um papel determinante na reprodução ampliada do capital no capitalismo tardio, sobretudo nos países do capitalismo central, entre a década de 1940 e 1970” (BOSCHETTI, 2020, p. 4). Nesse sentido, o *Welfare State* é “um fenômeno da sociabilidade capitalista e participa da reprodução ampliada do capital.” (BOSCHETTI, 2020, p. 4).

O Estado de Bem-Estar Social ⁷não se estabeleceu com igualdade real em nenhum país, pois de acordo com Behring e Boschetti (2011) dependeram “dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64). No caso dos países da Europa, ao longo do período depressivo, de 1914 a 1939, as políticas sociais cresceram e após a Segunda Guerra

⁷ É preciso reforçar que o Estado de Bem-Estar Social foi uma experiência vivenciadas pelos países europeus, mas que nunca chegou a ser uma realidade nos países latino-americanos. Nestes países o que se pôde observar foi a implementação de um Estado Social que foi influenciado por algumas ideias presentes nas diversas experiências de Estado de Bem-Estar Social vivenciados nos países da Europa.

Mundial elas se generalizaram até a década de 1960 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

2.2 O Estado Social no Brasil e seu permanente processo de desmonte

No caso do Brasil, as políticas sociais se conformaram de acordo com as particularidades sociohistóricas do país, nesse sentido, não há como comparar as experiências brasileiras com aquelas vivenciadas pelos países de capitalismo central na Europa ainda que tenham sofrido influência delas (PEREIRA, 2006). Segundo Behring e Boschetti (2011) o surgimento das políticas sociais no país não acompanharam o surgimento histórico dessas políticas nos países de capitalismo central, assim, diferente dos países da Europa, no Brasil a questão social só se coloca como uma questão política a partir das primeiras décadas do século XX⁸ visto que a história do Brasil é atravessada pelas “marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação” e também pelo fato de que as “classes dominantes nunca tiveram compromisso democráticos e redistributivos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 79). Marques e Seferian (2020) argumentam que o Estado Social no país tem suas particularidades decorrentes do fato da economia brasileira ser dependente e periférica, por isso “jamais poderemos cogitar a vivência de um “Estado de Bem-Estar Social” tal qual o que se se alega ter experimentado na Europa. E isso em qualquer momento de nossa história.” (MARQUES; SEFERIAN, p. 99-100, 2020)

De acordo com Pereira (2006) as políticas sociais brasileiras sempre expressaram as limitações que são fruto da sua dependência econômica e da colonização que marcou a construção do país, dessa forma, sob a influência das mudanças políticas e econômicas internacionais de impactos reorganizadores no país, o Brasil construiu o que Pereira (2006) denomina de um “sistema de bem-estar periférico”.

A proposta de um Estado Social brasileiro veio com a Constituição Federal de 1988, segundo Pereira (2006) do ponto de vista formal-institucional a década de 1980 foi onde ocorreram avanços políticos e sociais

Graças à mobilização da sociedade, as políticas sociais tornaram-se centrais, nessa década, na agenda de reformas institucionais que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta Constituição, a reformulação formal do sistema de proteção social

⁸ Este argumento não é um consenso na literatura, visto que alguns autores argumentam que a questão social se apresenta no país com os movimentos e revoltas populares que marcam a história brasileira e não apenas quando é tomada pelo Estado como uma questão pública.

incorporou valores e critérios que, não obstante antigos no estrangeiro, soaram, no Brasil como inovação semântica, conceitual e política. (PEREIRA, 2006, p. 152)

De acordo com Pereira (2006) a Constituição de 1988 trouxe avanços na área social, na esfera trabalhistas, na educação, contudo, é na área da Seguridade Social que ela avançou mais, pois Saúde, Previdência Social e Assistência Social se consolidam em um tripé da proteção social pública brasileira e dessa forma “introduziu, de fato, tanto do ponto de vista conceitual quanto do arranjo institucional, inovações na experiência brasileira de bem-estar” (PEREIRA, 2006, p. 155), sendo que a Assistência Social foi a que mais se distinguiu das antigas Constituições, transformando em direito social, o que comumente era favor. (PEREIRA, 2006). Para Stopa (2019) o caráter compensatório dos programas, benefícios e serviços da Assistência Social pode ser explicado pelo fato de que essa Política seguiu a lógica do Consenso de Washington⁹, onde o Estado atua no alívio das situações mais extremas da pobreza.

Porém, muitos desses avanços não puderam de fato serem postos em prática tendo em vista que a partir dos anos 1990 há o retorno da prática assistencialista, redução orçamentária e desmonte institucional na esfera social, retrocesso e engavetamento de propostas reformistas (PEREIRA, 2006). Dessa forma “Foi nesse contexto de crise econômica e, principalmente, de regressão política, que as condições para a disseminação do ideário neoliberal no Brasil se constituíram” (PEREIRA, 2006, p. 159).

Ao mesmo tempo em que o Brasil buscava consolidar as políticas sociais na perspectiva do direito a partir da Constituição de 1988, sofria com pressões internacionais para adotar políticas de caráter neoliberal resultando em um processo de tensão entre implementação dessas políticas e desestruturação constitucional. É assim que a partir dos anos 1990 a política social sofre com as investidas neoliberais e, de acordo com Pereira (2006), foi o período em que a proteção social brasileira mais incorporou as determinações externas e políticas.

O fortalecimento da ideologia neoliberal estava ancorado tanto nas mudanças tecnológicas, que alteraram o modelo de produção e de regulação social, quanto na fragilidade do paradigma keyneisiano/beveridiano/fordismo e ainda no declínio

⁹ Encontro que ocorreu em 1989 em Washington, nos EUA, onde teve uma série de recomendações do Fundo Monetário (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano para os países da América Latina como execução do programa de estabilização cujo caráter era predominantemente neoliberal.

do socialismo real e enfraquecimento dos partidos e organizações de esquerda (PEREIRA, 2006)

Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida de consideráveis parcelas da população do planeta. (PEREIRA, 2006, p. 159)

De acordo com Druck e Filgueiras (2007) o neoliberalismo negava o “social” regulado pelo Estado e propõe que a sociedade seja “livre “regulada pelo mercado e pelas escolhas e iniciativas dos indivíduos” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 26). É nesse sentido, que quando ganha força no Brasil em 1990 acompanha um movimento de destituição de direitos sociais que perdura até hoje. Na experiência de países da América Latina, onde as políticas sociais universais não chegaram ser uma realidade tais como nos países da Europa, os direitos sociais conquistados passam a ser substituídos por “políticas de combate à pobreza” que são essencialmente focalizadas e apoiadas em um conceito restrito de pobreza, cuja natureza é mercantil, transformando “o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de renda”. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 26).

Como afirma Behring (2016), até 2015 já havia tido no Brasil um ajuste fiscal com enormes cortes de recursos para a política social, em especial para a saúde e a educação. Boschetti (2020) argumenta que o permanente ajuste fiscal vivido no país tem sua expressão maior até a Emenda Constitucional 95 de 2016 onde previu o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, sob o governo golpista de Temer. Além disso, entre 2016 e 2018, houve contrarreformas profundas a partir da aprovação da “Lei da Terceirização” e a contrarreformas trabalhista que significaram a “redução de direitos do trabalho e precarização das relações de trabalho” que “disponibiliza ainda mais a classe trabalhadora para a exploração do capital” (BOSCHETTI, 2020, p.08). No que diz respeito a EC 95 Boschetti afirma que

(...) faz apologia dos direitos como privilégios e responsáveis pelo déficit fiscal, sobretudo da previdência e propõe choque de gestão liberal; mente sobre as reais causas do déficit, que resultam da desoneração fiscal, juros altos, tributação regressiva, concentração de renda e propriedade. Ao limitar os gastos com despesas não obrigatórias por 20 anos (montante do ano anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA), retrai os investimentos em política social e abre caminhos para a privatização e ampliação do mercado. (BOSCHETTI, 2020, p. 09)

A reforma trabalhista revisou diversos itens da CLT e flexibilizou direitos do trabalho, retirou outros, liberou serviços terceirizados para atividades-fim e atividades-meio, o que representa a quebra de vínculos empregatícios e regulamentou trabalhos autônomos. Tudo isso conforma uma intensificação da precarização das condições de trabalho no Brasil e da superexploração da força de trabalho “devido à alteração da jornada de trabalho, redução da remuneração e intensificação do trabalho.” (STOCCO; PANDOLFI; NOGUEIRA, 2019, P. 04). Outra ação do governo foi a proposta de uma nova reforma da previdência que eleva a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria.

Em 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, a parca proteção social brasileira que, como exposto acima, já havia sofrido duros golpes até então, foi alvo de aprofundamento severos no processo de desmonte das políticas sociais, tendo em vista ainda que os últimos 3 anos de seu mandato foi marcado pela pandemia da COVID-19 que vitimou milhões de vida no Brasil, grande parte devido a irresponsabilidade e incompetência do governo federal. Uma de suas primeiras ações como presidente foi a retirada dos ministérios nas áreas de Trabalho, Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e outros. O governo endureceu ainda as regras de acesso aos benefícios previdenciários e pediu a revisão dos benefícios que foram concedidos através do *Programa Especial* e o *Programa de Revisão de Benefícios e Incapacidades*.

Sua proposta de contrarreforma da previdência, semelhante à de Temer, impactaria ainda mais a perda de direitos visto que extinguiria o tempo de contribuição para aposentadoria e adotaria um cálculo que concede o valor da aposentadoria correspondente ao tempo de contribuição. O BPC também foi alvo de tentativas de redução de seu valor abaixo do salário-mínimo, como prevê a CF/88. Houve ainda a diminuição dos repasses do governo federal para os municípios que implicou na precarização e sucateamento na área da Assistência Social.

Durante a pandemia, o cenário de pobreza e extrema pobreza que, foram amenizados durante os governos petistas, se aprofundou, tendo em vista que a fonte de renda de muitas famílias foi afetada. A medida para conter esse cenário em 2020 foi a implementação do Auxílio Emergencial¹⁰ no valor de R\$600 e posteriormente reduzido

¹⁰ Esse Auxílio foi resultado de intensos movimentos de reivindicação pelos trabalhadores e pela esquerda presente no Congresso Nacional, portanto a ideia não partir de Bolsonaro, que muitas vezes se opôs a ele.

para R\$ 300. No ano seguinte, mesmo em meio ao cenário da pandemia o governo decretou o fim do Auxílio Emergencial, deixando muitas famílias à mercê da crescente pobreza e da extrema pobreza.

Estudos mostram que o governo Bolsonaro foi deliberadamente de desmonte das políticas sociais até 2021 (INESC, 2022) onde se constatou que houve queda de investimentos na área da saúde, quando se desconsidera os investimentos destinados a Sarsc-Cov-2, não houve investimento na área de habitação entre 2020 e 2021, houve perda na área da assistência para crianças e adolescentes e queda no orçamento infantil, também houve queda na execução financeira de promoção de igualdade racial e nos recursos destinados a mulheres. Essa queda, segundo a pesquisa é consequência, em partes, do Teto de Gastos aprovada em 2016.

No seu último ano de mandato, 2022 o populismo foi utilizado por Bolsonaro como estratégia política visto que o cenário até então foi de retorno ao mapa da fome, desemprego, aumento da inflação e “sequelas” da COVID-19 aliado a má gestão da pandemia no país, assim sua estratégia para a reeleição foi a área social. Dentre as diversas medidas propostas as que se destacaram foi o aumento do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família e foi a principal política social do governo em 2022, e o Vale-Gás como medida adotada para minorar os efeitos do aumento nos preços dos combustíveis. Essas e outras medidas não foram suficientes para trazer a reeleição para Bolsonaro.

2. 3 Histórico da proteção social direcionadas a pessoa idosa no Brasil

No que diz respeito ao segmento dos idosos do país, alguns autores argumentam que a proteção social direcionada a pessoa idosa no Brasil começa com as primeiras iniciativas a partir de 1888 com a regulamentação do direito à aposentadoria dos empregados dos Correios e as leis de seguro de acidentes de trabalho do século XX (CAMARANO, 2016). Outras ações que podem ser consideradas como proteção social a esse segmento são as primeiras caixas de aposentadoria que surgem a partir da lei Eloy Chaves criada em 1923. Tais ações somadas a outras foi fundamental para iniciar a discussão acerca de uma política previdenciária no país. (CHIARELLI; BATISTONI, 2022).

A princípio o governo federal queria o auxílio no valor de R\$ 200, porém a pressão exercida fez com que o benefício fosse concedido no valor de R\$ 600.

A partir da década de 1930, marcado pelo processo de industrialização, o Brasil passa por um processo de transição demográfica. A sociedade brasileira que antes era predominantemente rural e tradicional, com prevalências de taxas elevadas de natalidade e mortalidade, passa a ser uma sociedade urbana e moderna consequência da importância que a indústria e os serviços ganham na economia, nesse período se pôde observar a queda da natalidade e mortalidade e aumento da expectativa de vida da população brasileira (FRIAS; CARVALHO, 2021). Dentre as razões que contribuiu para o crescimento da população idosa no país estão “desenvolvimento econômico, avanços no controle de doenças infecciosas, acesso à água tratada, aumento do número de casas e cidades com instalações sanitárias, aumento da assistência à saúde, etc.” (FRIAS; CARVALHO, 2021, p. 140)

Segundo Frias e Carvalho (2021) a incorporação da velhice como um problema político de relevância não deve ser considerada apenas à transição demográfica brasileira, mas também e principalmente pelas lutas sociais de aposentados e pensionistas no país. A partir da década de 1970 há o surgimento dos movimentos sociais das classes populares no Brasil que começam com movimentos de reivindicação contra as crises econômicas e desigualdades sociais e a contestação sobre a falta de políticas públicas efetivas exigindo do Estado a redistribuição dos recursos públicos. (FABRÍCIO; SARAIVA; FEITOSA, 2018).

Nos anos 1970 já se observava algumas iniciativas do governo federal brasileiro no que diz respeito na criação de novas relações com as questões da pessoa idosa. Fabrício; Saraiva e Feitosa (2018) afirmam que o ano de 1976 é um marco para a nova relação com as políticas públicas voltadas para a velhice visto que é criado o Programa de Assistência ao Idoso – PAI que tinha como objetivo a “organização de grupos de convivência para idosos previdenciários, os quais funcionava nos Postos de atendimento desse Instituto (Instituto Nacional de Previdência Social)” (FABRÍCIO; SARAIVA; FEITOSA, 2018, p. 266). Nesse mesmo ano, é criado “o primeiro documento contendo algumas diretrizes para uma política social voltada para a população idosa, editada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)” (FABRÍCIO; SARAIVA; FEITOSA, 2018, p.266-267) sendo um resultado dos seminários regionais que tinham como objetivo identificar as condições de vida da população idosa no país bem como das instituições que prestavam apoio nesse sentido (FABRÍCIO; SARAIVA; FEITOSA, 2018).

Camarano (2016) acrescenta que na década de 1970 é criada as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) voltados para as pessoas que apresentavam necessidades, sejam elas dos centros urbanos ou rurais, e para os portadores de necessidades especiais. Para a autora o viés das ações e políticas do governo federal destinados à pessoa idosa até a década de 1970 “consistiam no provimento de renda e serviços médicos especializados, predominando a visão de vulnerabilidade e dependência deste segmento da população” (CAMARANO, 2016, p. 21).

É somente na década de 1980, marcada pelos processos de redemocratização, que o Brasil avança nas políticas de proteção social aos idosos. Esse período tem como marco o reconhecimento da cidadania e dos direitos sociais a partir da Constituição Federal de 1988.

2.4 - Avanços na legislação brasileira referentes aos direitos a pessoa idosa

Na perspectiva do direito a questão social na velhice somente é incorporada a partir da Constituição Federal de 1988 que reconhece a pessoa idosa com cidadã de direitos. Para Faleiros (2016) a construção da cidadania no contexto brasileiro se insere no processo de reconhecimento dos direitos e deveres pactuados por correlações de forças onde “Faz parte da estrutura jurídico-política, articulada ao processo econômico e social, levando ao paradoxo de se estabelecerem direitos iguais numa sociedade desigual, questão permanente na democracia” (FALEIROS, 2016, p. 538). É no processo de construção da cidadania que se considera as particularidades da população idosa sendo reconhecidas como sujeitos de direitos diferenciados fundamentada na perspectiva da equidade. O autor define a equidade como “a busca de oportunidades numa relação de desigualdade para modificar e tornar essa relação mais equivalente” (FALEIROS, 2016, p. 538). Porém seus direitos são reconhecidos em meio a inconsistência no texto constitucional como afirma Frias e Carvalho:

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 denota uma certa omissão ao definir quem é o idoso em seu texto. Embora seja considerado idosa a pessoa com mais de 60 anos, a gratuidade dos transportes coletivos urbanos é um direito constitucional somente para idosos maiores de 65 anos. Além disso, a idade de recebimento do Benefício de Prestação Continuada só foi regulamentada posteriormente, também para idade mínima de 65 anos, pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993). (FRIAS; CARVALHO, 2021, p. 142)

O reconhecimento da pessoa idosa como cidadã de direitos a partir da Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico no país o que propiciou a criação de diversas legislações infraconstitucionais exclusivamente direcionados à população idosa, com o intuito de aprimorar o que estava previsto no texto constitucional como a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Saúde do Idoso, sendo eles, importantes instrumentos que norteiam a criação de novas legislações voltadas para a pessoa idosa no país.

De acordo com Faleiros (2016) o confronto entre o chamado *welfare state* e as políticas neoliberais refletem nas discussões e nas formulações das políticas sociais, inclusive nas específicas direcionadas a população idosa no Brasil. Segundo o autor “O formato das políticas sociais presentes na CF/1988 se aproxima da articulação de uma provisão estatal ou social e de uma provisão de mercado” (FALEIROS, 2016, p.541). É necessário considerar que a Constituição Federal de 1988, bem como os instrumentos infraconstitucionais devem ser compreendidos dentro do contexto neoliberal a qual a sociedade está inserida, o que incide diretamente na forma como são efetivados ou negligenciados (FALEIROS, 2016).

Nesse contexto que o envelhecimento ativo¹¹ entra na agenda pública e se traduz em políticas norteadas pela perspectiva do prolongamento da atividade e a manutenção da vida saudável, o que contribui para a redução nos gastos da seguridade social, melhorando a qualidade de vida no envelhecimento e mantendo a força de trabalho ativa e contribuinte (FALEIROS, 2016). Portanto:

Considerar o envelhecer no contexto do capitalismo contemporâneo e na ótica do neoliberalismo implica analisar as contradições da constituição de direitos e da sua implementação, pois o Estado, em articulação com o mercado, busca reduzir direitos e benefícios, afetando todos os segmentos, inclusive o das pessoas idosas. (FALEIROS, 2016, p. 539)

Foram várias as legislações que sucederam a Constituição Federal de 1988 afim de refinar e complementar os direitos dos idosos. No ano de 1993 é promulgada a Lei

¹¹ Esse termo foi empregado por Faleiros para se referir as tendências neoliberais presentes nas políticas sociais que tem como objetivo reeducar a população para se apropriar do envelhecimento saudável e da velhice ativa. Como foi problematizado no 1º capítulo, a perspectiva do envelhecimento ativo desconsidera as condições de vida imposta a classe trabalhadora no capitalismo e responsabiliza os indivíduos pelo seu processo de envelhecimento, como se apenas uma mudança no estilo de vida fosse suficiente para se alcançar o envelhecimento saudável e a velhice ativa. Por traz dessa perspectiva há a intenção de que o Estado se responsabilize cada vez menos pela promoção do bem-estar social e portanto reduza os gastos sociais, responsabilizando cada vez mais os indivíduos por suas condições de envelhecimento.

Orgânica de Assistência Social - LOAS, vinculada a política de seguridade social que garante o Benefício de Prestação Continuada –PBC através 1 salário-mínimo para a pessoa idosa ou com deficiência que comprove não ter meios de prover seu sustento. Segundo Stopa (2019) o BPC, que hoje integra a Assistência Social, substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) que fazia parte da Previdência Social. Com o passar dos anos foram construídos o que a autora caracteriza como “critérios perversos” para acessar o benefício que em partes se deve ao fato de o benefício ser concedido pela Previdência Social e não pela Assistência. Assim, seus critérios, necessidade de agendamento pelo portal do INSS e os documentos que devem ser apresentados resultam em obstáculos para acesso ao benefício (STOPA, 2019), isso porque paira uma fraudofobia em relação ao benefício:

(...) é o medo que se tem de o pobre fraudar o sistema, “faz com que se crie nas instituições de atenção social o seguinte mecanismo: o princípio da menor elegibilidade”. Essa marca é persistente na operacionalização do BPC. O medo da fraude faz com que os servidores sintam, no processo de habilitação, não só a necessidade de inúmeras comprovações e de constatação pela pesquisa externa, como também que haja uma efetiva fiscalização na manutenção do BPC. (STOPA, 2019, p. 245)

Outro importante instrumento legislativo foi a Política Nacional do Idoso – PNI (Lei n.º 8.842/1994) promulgada em 1994, porém sua regulamentação só ocorre em 1996 fruto da pressão dos movimentos sociais e do debate internacional acerca do tema. (MELEIRO; BRITO; NASCIMENTO *apud* BRASIL, 2020). A PNI foi criada com o objetivo de assegurar os direitos sociais da pessoa idosa. A legislação reitera a responsabilidade da família, sociedade e do Estado em assegurar todos os direitos de cidadania da pessoa idosa e afirma que a sociedade no geral se responsabiliza com o processo de envelhecimento, sendo estes alguns de seus princípios. (BRASIL, 1994)

Outros dois princípios presentes na Política são: as diferenças econômicas, sociais, regionais e as particularidades entre o meio rural e urbanos devam ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade para aplicação da PNI e a não discriminação do idoso de qualquer natureza, ainda que não explique em profundidade esse tópico. Dentre as inovações da política presentes em suas diretrizes estão a integração do idoso às demais gerações, participação nas organizações representativas, prioridade de atendimento ao idoso nas suas famílias em detrimento do atendimento asilar, descentralização política-administrativa, priorização de atendimento a pessoa idosa nos órgãos públicos. Trata de

forma breve sobre as ações governamentais nos diversos âmbitos das políticas públicas como assistência social, saúde, habitação, previdência social, justiça, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1994). Assim, a PNI foi um avanço do que estava previsto na Constituição de 1988, porém seu texto é aprimorado com o Estatuto do Idoso de 2003.

Para Chiarelli & Batistoni (2022) a Política Nacional do Idoso foi o primeiro instrumento legal que “estabeleceu o critério cronológico para definir quem pode ser considerado como pessoa idosa no Brasil, seguindo a recomendação da OMS, a qual estabelece a idade a partir de 60 anos em países em desenvolvimento.” (CHIARELLI; BATISTONI, 2022, p. 100). Seu legado, de acordo com as autoras foi a previsão da criação dos conselhos da pessoa idosa em âmbito nacional, estadual e municipal, porém a implementação dos conselhos em âmbito municipal ainda encontra dificuldades para ser efetivada e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) somente foi criado em 2002.

Meleiro, Brito e Nascimento (2020) afirmam que entre a promulgação e a regulamentação da PNI ocorre a elaboração da Política Nacional de Saúde do Idoso em conformidade com a Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990), um importante avanço relacionado as questões de saúde da pessoa idosa no país.

Em 2003 é promulgado o Estatuto do Idoso pela Lei n.º 10.741/2003, hoje denominado de Estatuto da Pessoa Idosa. O Estatuto, que se destina a regular os direitos desse segmento, aprofunda vários tópicos da PNI no âmbito das políticas públicas como os direitos à educação, cultura e lazer, profissionalização, trabalho, previdência e assistência. Traz inovações na priorização da pessoa idosa para destinação privilegiadas de recursos públicos relacionadas a proteção à pessoa idosa e prioridade aos maiores de 80 anos dentro desse segmento etário (BRASIL, 2003).

Uma de suas principais inovações em relação à PNI é sua atenção em relação as negligências, discriminação, violência, crueldade e opressão contra a pessoa idosa, onde reitera a responsabilidade de toda a sociedade em prevenir a ameaça de violação de direitos desse grupo etário. A lei traz de forma clara o que considera violência contra a pessoa idosa onde “considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.” (BRASIL, 2003).

Afirma a proteção ao envelhecimento como um direito social e declara a responsabilidade do Estado em garantir proteção à vida e à saúde por meio das políticas sociais públicas. Reitera os direitos fundamentais da pessoa idosa como o direito à vida,

à liberdade, ao respeito e à dignidade e à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em relação à saúde coibi a discriminação que no que diz respeito aos planos de saúde por conta da idade, além disso, prescrever que os casos de violência contra a pessoa idosa identificadas nos serviços de saúde são objetos de notificação compulsória à autoridade sanitária. Por fim, trata das medidas específicas de proteção direcionadas a pessoa idosa. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa Idosa teve um grande avanço desde a PNI onde aprofundou com detalhes sobre os direitos da pessoa idosa nas políticas públicas e principalmente reconheceu a necessidade de refrear os diversos tipos de violências que esse segmento é alvo. De acordo com Chiarelli & Batistoni (2022) *apud* Braga (2008):

Um dos diferenciais do Estatuto foi a criação de um sistema jurídico em defesa da pessoa idosa, com novas regras processuais e a definição de crimes e penalidades. Apesar de toda a sua relevância, o Estatuto ainda é desconhecido por grande parte da população brasileira (Braga et al., 2008) (CHIARELLI; BATISTONI, 2022, p. 102).

Essas legislações e outras criadas posteriormente refletem o reconhecimento da pessoa idosa como sujeitos de direitos diferenciados e por isso merecedores de especial atenção (FABRÍCIO; SARAIVA; FEITOSA, *apud* Pinto e Simson, 2018) e representam grandes avanços na legislação brasileira no que se refere à proteção social ao idoso no país, reconhecimento de sua cidadania e garantia de seus direitos.

2.5 Influência do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras direcionadas a pessoa idosa

A construção das políticas mencionadas acima foi atravessada pelas tendências neoliberais. Segundo Nogueira & Morais (2020) *apud* Debert (2012) progressivamente a partir do século XX a velhice passou a ser uma questão pública demandando ações de governo e políticas sociais para garantir direitos socialmente conquistados. “Contraditoriamente, a velhice tornou-se uma questão pública, mas tende a ser transformada em uma responsabilidade individual” (NOGUEIRA; MORAIS, 2020, p. 361) Nesse sentido, há uma tendência de responsabilizar os indivíduos pela forma como envelheceu onde “essa ideologia transmite à sociedade que a juventude e a saúde são bens que podem ser conquistados com o esforço individual, desresponsabilizando o Estado de promover políticas públicas para garantir velhices dignas” (NOGUEIRA; MORAIS, 2020, p. 361).

De acordo com Teixeira (2021), as políticas sociais após a Constituição de 1988 são contraditórias e ambíguas e a centralidade na família é atravessada por essas contradições. A centralidade na família promovida pelas políticas sociais é, segundo ela, um reforço ao familiarismo, onde os recursos familiares no cuidado e assistência aos seus membros são a fonte primária de proteção ao invés de fonte de apoio. Além disso, no atual contexto de crise e avanço do neoliberalismo as políticas sociais são alvos de constantes contrarreformas.

Diante da realidade de um aprofundamento no neoliberalismo onde o Estado é desresponsabilizado cada vez mais pela promoção do bem-estar social e transfere essas responsabilidades para outras esferas da sociedade como a família e o mercado, os direitos da pessoa idosa encontram dificuldades de serem efetivados. De acordo com Faleiros (2016) a proteção social é posta como direito e garantia da longevidade e da dignidade, porém entra em contradição com o desmonte neoliberal do Estado de direito. Para o autor a adequação das instituições à realidade do envelhecimento está ocorrendo de forma muito lenta e ainda carecem de condições para implementar a legislação “Essa legislação possibilita a consciência da cidadania em todas as idades, mas precisa ser efetivada no pacto federativo e na intersetorialidade, com trabalhos em rede.” (FALEIROS, 2016, p. 547).

Para Nogueira e Morais (2020) o neoliberalismo e a reestruturação produtiva moldam as políticas públicas, o mundo do trabalho e as relações sociais, a consequência disso tem sido o desemprego estrutural, precarização do trabalho, desvalorização dos saberes tradicionais e da velhice. A desvalorização da velhice por sua vez se traduz na não garantia de seus direitos e na crescente violência a que essa população é submetida, que se evidenciou mais ainda durante a pandemia da COVID-19, sendo alvo de preconceitos, descaso, violências, negligências que são sustentados por necropolíticas e discursos gerontofóbicos (NOGUEIRA; MORAIS, 2020)

Todo esse contexto de desmonte de políticas sociais é caracterizado por Boschetti como expropriações¹² da contemporaneidade. Segundo a autora a expropriação não ocorre somente com a separação dos trabalhadores dos meios de produção, mas “abrange os processos que retiram dos trabalhadores o único meio de subsistência que dispõem, o que os obriga a vender sua força de trabalho e participar livremente do processo de

¹² A literatura define essas expropriações como secundárias para diferenciar da expropriação vivenciada pelos trabalhadores, definida por Marx, que separa os trabalhadores dos meios de produção, que se constituem como expropriações primárias.

acumulação (BOSCHETTI, 2020, p. 5). É dessa forma que para a autora, tanto a supressão de direitos e a redução do Estado Social se constituem como processos de expropriação. Isso explica a tendência que se tem assistido onde os idosos estão permanecendo no mercado de trabalho, seja pela ausência de aposentadoria ou pela insuficiência nos valores recebidos dos benefícios. Fato é que as políticas sociais e os direitos que decorrem delas não são capazes de alterar profundamente as condições de vida da população, especialmente a população idosa, portanto não são capazes de resolver o que estruturalmente é criado pela sociabilidade capitalista. É certo ainda que tais políticas são uma estratégia de regulação da força de trabalho, porém decorrem também das lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de vida. O desmonte das políticas sociais representa uma tragédia para a classe trabalhadora, principalmente para os idosos, pois se compreende que a velhice é também o acúmulo das desigualdades sociais vividas ao longo da vida. Decorre disso, que os direitos se transformam em privilégios onde alguns podem acessar através de iniciativas pontuais e focalizadas do setor público e privado e condena uma grande parcela a permanecer no mercado informal de trabalho mesmo que já não tenham mais condições devido ao desgaste de sua força de trabalho e ao não acesso as políticas sociais.

CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA

3.1 - O Sesc

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado em 13 de setembro de 1946 como resultado da iniciativa de empresários. A entidade nasceu com o objetivo de atender às “necessidades sociais urgentes” dos trabalhadores no comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e “criar condições de seu progresso” (SESC, 2014, p. 8). Segundo as *Diretrizes Gerais de Ação do Sesc*, sua missão “não é a de buscar soluções estruturais definitivas e universais, como é a do Estado, mas sim, a de atuar no espaço de ausência dessas soluções” (SESC, 2014, p. 9)

O Sesc configura-se no atual cenário socioeconômico do país como uma Entidade de prestação de serviços, de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social dentro das chamadas áreas de Saúde, Cultura, Educação e Lazer, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida da sua clientela e lhe facilitar os meios para seu aprimoramento cultural e profissional (SESC, 2014, p. 10).

Alguns dos seus principais objetivos, de acordo com as *Diretrizes Gerais de Ação do Sesc* “Fortalecer, por meio da ação educativa, propositiva e transformadora, a capacidade de os indivíduos buscarem, eles mesmos, a melhoria de suas condições de vida” (SESC, 2014, p. 10). Seguidos pela oferta de “serviços que possam contribuir para o bem-estar de sua clientela e melhoria de sua qualidade de vida” e “contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural” (SESC, 2014, p. 11)

De acordo com a Carta da Paz Social (2012), documento que marca o começo do que mais tarde se materializaria no Serviço Social do Comércio (Sesc), o contexto brasileiro de democratização da década de 1930 impôs a união de forças para o desenvolvimento nacional, porém a pobreza do país e os conflitos sociais, com destaque para aqueles entre empregadores e empregados se tornaram entraves para a conquista do desenvolvimento. É nesse sentido, que em 1945 ocorre em Teresópolis no Rio de Janeiro a primeira Conferência das Classes Produtoras, “naquele encontro, um grupo representativo do empresariado brasileiro discutiu não somente o Estado, a ordem econômica e os meios para o desenvolvimento da atividade produtiva. Mas também políticas em favor do bem-estar social” (SANTOS, 2012, p. 4). Os debates da conferência originaram a Carta da Paz Social que se traduz como “marco inicial de novas formas de

promoção, pelas classes patronais, da assistência social e da qualificação dos trabalhadores” (SANTOS, 2012, p. 4).

De acordo com Maron (2012), a Carta da Paz Social “Inicialmente, recupera a percepção e as intenções dos líderes empresariais que, na década de 1940, defenderam a adoção de medidas concretas em favor do bem-estar e da melhoria de vida dos comerciários, suas famílias e da sociedade” (MARON, 2012, p. 6). Segundo o que está inscrito na Carta, ela se constitui como “um marco significativo a assinalar uma tomada de posição dos empregadores brasileiros em favor da Justiça Social” (CARTA DA PAZ SOCIAL, 2012, p. 8) e ainda:

É um documento altamente expressivo do espírito de solidariedade e do realismo amadurecido dos homens de empresa brasileiros desta geração. Ela deverá contribuir para harmonizar e pacificar capital e o trabalho em nosso país, em um plano superior de entendimento recíproco. Com ela. Nos apresentamos ante os empregados, convidando-os a fundar, sobre base sólida, uma política de mútua compreensão e respeito recíproco. (SESC, 2012, p. 9)

Se trata de uma instituição de direito privado que presta serviços de interesse público, porém não é ligada a nenhuma esfera do governo, mas conta com a contribuição do Estado ainda que sua principal fonte de contribuição seja a folha de pagamento das empresas do comércio. Além disso, uma das responsabilidades sociais assumidas pelo Sesc é o Trabalho Social com Idosos o que colabora para uma imagem positiva da instituição. Assim, o Sesc desenvolve suas ações em que há lacunas na atuação do Estado. É nesse cenário que o Sesc surge no contexto brasileiro como uma alternativa para mediar os conflitos entre empregados e empregadores atuando na promoção do bem-estar social dos trabalhadores do comércio e de sua família nas áreas da educação, saúde, esporte, alimentação, cultura, ação social, a partir da década de 1940 e passa a atuar com o segmento dos idosos a partir da década de 1960.

3.2 - O Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc

A partir da década de 1960 o Sesc São Paulo começou a realizar o Trabalho Social com Idosos (TSI) através da promoção da cultura da longevidade, do envelhecimento ativo e da qualidade de vida da população idosa por meio da ação socioeducativa. De acordo com a Comissão Editorial da revista Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento (2021) desde sua fundação o TSI do Sesc se caracteriza pela “preocupação com a valorização da pessoa idosa, sua inserção social e o exercício da cidadania por meio da

qualidade dos serviços prestados e da mobilização as sociedades para o tema” (SESC, 2021, p. 62), assim são

Caracterizado como um programa de educação não formal e permanente, que tem por principal finalidade a valorização da pessoa idosa por meio de práticas de sociabilidade, de reflexão acerca do envelhecimento, da potencialização e partilha de saberes e da integração com as demais gerações, a ação do TSI estão em consonância com a missão socioeducativa e os valores do Sesc, presentes desde sua criação, em 1946, e previsto na Carta da Paz Social, um de seus documentos fundamentais. (SESC, 2021, p. 72)

De acordo com o artigo *O Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc: trajetória e realizações*, “Até o início da década de 1960, as imagens e os conceitos atrelado à velhice insistiam na ideia de que seria uma fase da vida marcada pela fragilidade e inatividade.” (SESC, 2021, p. 63) um dos fatores que possivelmente contribuíram para isso, segundo o artigo, é que a população idosa naquele período representava apenas 5% da população. Ainda que o envelhecimento populacional não fosse uma realidade no país, acompanhando a discussão que ocorria em outros países e antecipando a realidade no Brasil, algumas medidas foram adotadas trazendo visibilidade da questão ao país. Dentre elas está a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG) em 1961, mais tarde com a agregação da Gerontologia em 1969, passa a ser SBGG. Em 1963 surge o primeiro grupo de convivência no Sesc São Paulo. De acordo com o artigo o grupo surgiu da experiência observada nos Estados Unidos:

No campo do lazer e da cultura, destaca-se a iniciativa do Sesc, que enviou aos Estados Unidos uma equipe de técnicos para conhecer o trabalho desenvolvido nos centros sociais para idosos, que apresentavam uma expansão de programas e equipamentos voltados para essa faixa etária. Diferentemente do Brasil, onde as ações até então destinadas às pessoas idosas, além de diminutas, possuíam um viés assistencialista e tinham por foco suprir carências básicas, geralmente confundidas com trabalho de caridade, e eram colocadas em prática por instituições religiosas ou asilos mantidos pelo Estado. Dessa forma, sem uma oferta de espaços de convivência adequados, a possibilidade participação social dos velhos era reduzida. (SESC, 2021, p. 63)

Através de atividades como bailes, comemorações de aniversário e jogos de salão, o objetivo do grupo era diminuir o isolamento social por meio da promoção de vínculos de amizade e compartilhamento de saberes, preocupações e anseios. Com o tempo outros grupos foram formados e houve a expansão do trabalho a partir de três propostas: centros de convivência, Escolas Abertas da Terceira Idade e cursos de Preparação para Idade

Avançada e Aposentadoria se tornando assim uma das primeiras instituições a oferecer programas educativos direcionados a pessoa idosa no país (SESC, 2021).

Na década de 1970 houve um incentivo do Sesc à formação e atualização dos profissionais e à interação com instituições privadas e públicas com o objetivo de elaborar uma política social do envelhecimento no país. Nessa década ocorrem os encontros organizados pelo Sesc como as semanas do idoso em 1974, o I Seminário Regional em 1976 e o Encontro Estadual de Idosos em 1979 (SESC, 2021).

Já na década de 1980 o Sesc continuou a multiplicar os grupos de convivência em São Paulo e a realizar novos encontros de abrangência nacional como o Primeiro Encontro Nacional de Idosos cujo objetivo era refletir “as necessidades e aspirações do idoso no contexto sociocultural brasileiro, debatendo questões pertinentes ao seu universo: trabalho, previdência, educação, saúde e até moda” (SESC, 2021, p. 66). Nessa mesma década, a questão da velhice estava sendo incorporada na agenda política brasileira, onde há a conscientização sobre os direitos dos idosos a partir do movimento social “que, para além dos proventos das aposentadorias, reivindicava também condições dignas para o exercício da cidadania” (SESC, 202, p. 63). Nesse período é criada a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), instituição que participou da Assembleia Constituinte ocorrida entre os anos 1987 e 1988 (SESC, 2021). O Sesc São Paulo promoveu em 1985 o V Encontro Estadual do Idoso que teve como resultado a Carta dos Direitos dos Idosos onde “tinha o objetivo de subsidiar a escrita da Constituição de 1988” (SESC, 2021, p. 67).

Na década de 1990, de acordo com o artigo, as ações do TSI ampliaram a atenção para as questões sobre saúde e qualidade de vida da pessoa idosa. Assim, as atividades de lazer e recreação, prática de atividades físicas e contato com expressões artísticas e vivências oferecidas aos idosos buscavam incorporar a ideia da “terceira idade” que

representando a tentativa de construir um novo olhar acerca da velhice e do envelhecimento, desfazendo estereótipos e preconceitos e colocando o idoso como um consumidor de bens culturais, uma figura ativa e inserida na sociedade (SILVA, 2008; LEMOS et al., s/d). (SESC, p. 68, 2021)

A perspectiva da terceira idade, supracitada, em conjunto com “propósito de garantir a autonomia e a efetiva participação social do idoso” (SESC, 2021, p. 68) influenciou a construção da Política Nacional do Idoso (PNI) que instituiu o Conselho Nacional do Idoso em 1994. (SESC, 2021).

A partir dos anos 2000, em decorrência da realização da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, há no Brasil a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), do Estatuto da Pessoa Idosa e a aprovação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em 2006. Seguindo esse movimento o TSI do Sesc realizou o Encontro Internacional de Gerontologia nas dependências do Sesc São Paulo e em 2005 realizou o Encontro Nacional de Idosos com o objetivo de “discutir e avaliar a implementação do Estatuto do Idoso” (SESC, 2021, p. 69). Sobre o Encontro Internacional de Gerontologia

Os principais objetivos desse encontro foram apresentar modelos ibero-americanos e mediterrâneos de atendimento ao idoso e preparação para o envelhecimento; examinar experiências já existentes dos países participantes em instituições públicas, privadas e organizações não governamentais em diversas áreas; prever demandas futuras em termos de políticas em países emergentes como o Brasil, com base na experiência europeia; planejar o atendimento especializado à velhice e a integração entre as gerações. (SESC, 2021, p. 69)

A partir do Encontro Nacional se chegou à conclusão de que o Estado tinha feito pouco para efetivação do Estatuto do Idoso implementado em 2003 o que resultou então na Carta Aberta à Nação onde as falas ecoaram na realização da primeira edição, em 2006, da pesquisa *Idosos no Brasil*, em uma parceria envolvendo a Fundação Perseu Abramo (FPA), do Departamento Nacional do Sesc e o Sesc São Paulo onde “A partir da divulgação dos resultados, a pesquisa também almejava colaborar para a reflexão sobre a urgente necessidade de revisão das políticas públicas para esse segmento” (SESC, 2021, p. 70). A partir de 2010 as ações do TSI apoiadas nos projetos em rede tiveram como foco estimular a integração a partir do “convívio entre jovens e velhos e a sensibilização para temas relacionados às vulnerabilidades que premeiam a velhice” (SESC, 2021, p. 70). As ações do Sesc para o próximo decênio, segundo o artigo, têm como um dos parâmetros a segunda pesquisa *Idosos no Brasil* realizada entre dezembro de 2019 e março de 2020 e ainda a Década do Envelhecimento Saudável instituída pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Todas as ações do Sesc, sejam elas espaços de convivências, congressos, eventos, pesquisas ou produção de documentos que influenciam diretamente no processo de criação de política públicas para a pessoa idosa no país, são espaços privilegiados para produzir conhecimento acerca do tema da velhice, assim, desde o final da década de 1970 a instituição divulga materiais relativos à temática. Em 1977 o Sesc lança a primeira edição dos *Cadernos da Terceira Idade*, sobre o conteúdo dos Cadernos

Já estreava com ideias que se mantêm atuais até hoje: valorização da pessoa idosa, sua integração na comunidade e incentivo à velhice ativa. Os desafios diagnosticados no primeiro caderno permanecem em pauta: questões de habitação, saúde, lazer e ocupação pós-aposentadoria. (SESC, 2021, p. 61)

Já no final da década de 1980 lança a revista *A Terceira Idade* cujo formato é de um periódico científico com normas específicas para pesquisadores e estudantes. É umas das revistas mais antigas a produzir publicações acerca do envelhecimento no Brasil (SESC, 2021), a partir de 2014 passa a se chamar *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*. Sobre seu conteúdo

No primeiro número da revista, os artigos selecionados já apontavam o caminho: um convite a pensar na velhice não como uma fase de limitações e decadência, mas de vivências, satisfação e participação social ativa, mostrando a importância da publicação em reafirmar e propagar os princípios norteadores da instituição na área, aliando reflexão e conteúdo programático (SESC, 2021, p. 62)

Deste modo, se pode observar que ao longo dos anos o Sesc incorpora a responsabilidade de desenvolver suas ações para mudar a visão negativa sobre a velhice e difundir a percepção de uma velhice ativa, é nesse sentido que suas atividades socioeducativas com o grupo de convivência para os idosos são implementadas.

3.3 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Semelhante ao TSI promovido pelo Sesc está previsto nas *Orientações Técnicas Sobre o PAIF* da Política de Assistência Social o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) assegurado pela Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* o SCFV é complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Se caracteriza como um serviço realizado com grupos através da intervenção social planejada que tem como horizonte a ampliação das trocas culturais, bem como vivência individual e coletiva, o desenvolvimento de pertencimento e de identidade, o fortalecimento de vínculos familiares e o incentivo a socialização e convivência comunitária. Esse serviço também deve desenvolver ações intergeracionais e contemplar a heterogeneidade nos grupos a partir do sexo, presença das pessoas com deficiência, etnia, raça etc. (MDS, 2012). Pode ser desenvolvido com os diversos

segmentos sociais tais como crianças, jovens, adultos e idosos. No caso do serviço voltados para a pessoa idosa, o SCFV:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir. (MDS, 2012, p. 18)

Assim, os objetivos gerais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa, complementares ao trabalho social com a família, busca prevenir situações de risco e fortalecer a convivência familiar e comunitária, além de prevenir a institucionalização e segregação da pessoa idosa, promover o acesso aos benefícios socioassistenciais, acesso às informações sobre direitos e participação social, acesso a experiências de manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e o favorecimento de atividades intergeracionais. (MDS, 2012)

Já no que diz respeito aos objetivos específicos para a pessoa idosa se pode mencionar que o SCFV busca agregar ao processo de envelhecimento saudável, bem como assegurar a convivência familiar e comunitária através de encontro com idosos e encontro intergeracionais, pretende ainda ser um espaço onde se possa desenvolver potencialidades para projetos de vidas através das necessidades e motivações dos usuários que são percebidas pelos profissionais e promover vivências que possam estimular nos idosos sua capacidade de escolha e decisão afim de desenvolver sua autonomia e protagonismo (MDS, 2012). Esse serviço afiança as seguranças de acolhida, convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento da autonomia.

Dessa forma, o SCFV se difere dos centros de convivências para idosos do Sesc pelo seu caráter preventivo de situações de risco, sendo complementar ao Trabalho Social com Famílias da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E se aproxima do TSI no sentido de promover a socialização dos idosos, evitar o isolamento social desse segmento e direcionar suas ações na perspectiva da velhice ativa. Outro ponto que pode trazer certas semelhanças aos dois serviços é o apontamento que Poltronieri (2019) faz acerca do SCFV

Observa-se que os objetivos referendados ao SCFV para Pessoa Idosa versam abordagens individuais, nas quais não considera o contexto social, histórico, cultural e econômico em que as(as) velhos(as) estão inseridos na contemporaneidade, muito menos a conjuntura que embalou o seu processo de envelhecimento. (POLTRONIERI, 2019, p. 86)

Ainda que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos direcionados a pessoa idosa representa um novo olhar de proteção e garantia de direitos à pessoa idosa (POLTRONIERI, 2019) enfrenta os dilemas, limites, dificuldades e descontinuidades que são próprios da Política de Assistência Social para se efetivarem. É nesse sentido, que os centros de convivência para os idosos encontram dificuldades de se efetivarem na perspectiva do direito a partir de uma política pública. Hoje a Política de Assistência Social é uma das políticas sociais mais afetadas pelo processo de desmonte agravados pelos cortes de gastos na área social que vem ocorrendo desde o Teto de Gastos estabelecidos em 2016 e as propostas de contrarreformas que são permanentes no país. No Distrito Federal, o SCFV para pessoas idosas é pouco ou até mesmo inexistente, visto que não há informações suficientes ou divulgação sobre esse tipo de serviço no DF.

3.4 Grupo dos Mais Vividos do Sesc Ceilândia

Em um movimento contrário, os centros e convivências promovidos pelo Sesc tem crescido e são amplamente divulgados. Ao longo dos anos, desde sua fundação, a Instituição inaugura novas unidades por todo o Brasil, uma delas foi o Centro de Atividade Sesc Ceilândia, inaugurada em 2007, e que é hoje a maior Unidade do Distrito Federal dentre as 8 Unidades existentes na região. Nessa unidade o Trabalho Social com idosos, começa em 2008, com o Grupo dos Mais Vividos (GMV). Assim:

Um dos principais eixos da atuação do serviço social no Sesc/DF consiste no Trabalho Social com Idosos (TSI), realizado nas unidades do Distrito Federal por meio do Grupo dos Mais Vividos (GMV), que atende à população com idade igual ou acima de 60 anos, promovendo um envelhecimento ativo com condições de autonomia, protagonismo, participação social e dignidade. As atividades realizadas pelo GMV possuem caráter socioeducativo, recreativo e cultural e são grupais, característica essa que no contexto de pandemia se tornou preocupante, tanto pelo fato do público atendido fazer parte do grupo de risco, como pelo quantitativo de integrantes em cada atividade. (CUNHA *et al.*, 2021, p. 63)

O GMV promove oficinas ao longo da semana em que cada uma tem seus objetivos traçados. No ano de 2022 foram realizadas as oficinas *Mente Viva*, *Teatro*,

Ritmos, Expressão Corporal, Sesc EnvelheSer, Clube da Caminhada, Dominó, Redes Sociais, Ateliê das Emoções, Arte e Artesanato e o Coral. Além das oficinas o GMV participa mensalmente de uma reunião de socialização com todos os participantes do grupo que podem ser palestras, atividades culturais, rodas de conversa etc. Todas as atividades do GMV são gratuitas e a participação da pessoa idosa no grupo possibilita que ela tenha desconto em outras atividades ofertadas pelo Sesc. As atividades do GMV da unidade Ceilândia, ao longo de 2022, atenderam por volta de 200 idosos.

Ao longo da experiência do estágio realizado na Unidade Sesc Ceilândia, no ano de 2022, se observou que muitos idosos faziam parte do Grupo desde sua criação em 2008. Eles participavam das atividades com muito entusiasmo e sempre deixam claro em suas falas o quanto o grupo tinha importância na vida deles, havia ainda uma lista de espera com pouco mais de 60 idosos. Além disso, ao longo do ano muitos outros idosos procuravam a Assistência Social do Sesc para conhecerem os trabalhos do GMV. Essas foram algumas das motivações que levaram a realização da pesquisa. Outro fator que contribuiu para o interesse na pesquisa foi o desejo em agregar na produção do conhecimento em Serviço Social acerca da prática profissional com grupos a partir do compromisso ético-político assumido pela profissão.

Compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva dos próprios participantes por meio dos relatos de suas histórias de vida, suas motivações e as contribuições do GMV para suas vidas é dar voz para que, em alguma medida, se tenha conhecimento sobre as expressões da questão social na velhice a partir da vivência dos sujeitos. Entretanto, é válido ressaltar que as falas não representam a totalidade da realidade social dos idosos no Brasil ou do Distrito Federal, mas a realidade daquele grupo específico que pode ou não ser a realidade de outros idosos.

A pesquisa foi realizada em novembro de 2022 através da participação de nove integrantes do Grupo dos Mais Vividos do Centro de Atividades Sesc Ceilândia. A sua realização se deu através de um grupo focal e foi norteada por meio de uma entrevista semiestruturada. As questões que nortearam a pesquisa foram um breve relato de suas histórias de vida até conhecer o GMV, quanto tempo de participação no grupo, como conheceu o GMV, as motivações para frequentá-lo e as contribuições o GMV traz para suas vidas.

Sobre os relatos de vida se observou uma característica em comum na fala dos participantes e que também é uma característica presentes nos moradores do Distrito

Federal, especialmente os mais antigos, que é o fato de que a maioria não nasceu no DF, mas vieram para cá em busca de oportunidades de trabalho. Esse contingente de trabalhadores trouxe à tona a questão social habitacional. É assim que surge a Ceilândia, onde está localizado o Sesc e onde residem os participantes, como resultado da primeira Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) tendo em vista que Brasília, na sua construção, não foi planejada para alocar a mão de obra que trabalhou em sua construção o que gerou uma série de ocupações na região naquele período. Portanto, Brasília foi uma cidade que atraiu muitas pessoas pela promessa de encontrar na capital oportunidades de trabalho e assim melhorar suas condições de vida, por isso, é uma cidade onde muitos não nasceram e possui uma variedade de pessoas de todos os lugares do Brasil e de fora como pode ser observado nas falas a respeito de suas histórias de vida

(...) aqui foi um lugar que eu vi pessoas de todos os lugares e então a gente achou luz, com altos e baixos com a dificuldade porque cada um veio com o seu costume, da sua cidade né. (GRUPO FOCAL)

Tinha pessoas até de outros países né, tinha muito japonês que a gente teve contato, até na nossa escola, na sala de aula tinha japonês que ficava com a gente e tudo. (GRUPO FOCAL)

Eu me considero assim, mais brasileiro do que mineira, do que paranaense, porque na realidade eu nasci no Paraná, fui criada em Minas até os 10 anos, depois vim pra Brasília. A maior parte da minha vida eu passei aqui. Aqui eu estudei, namorei, casei. Tive dois casamentos, seis filhos, 10 netos e um 1 bisnetinho. (GRUPO FOCAL)

Eu sou do Rio, minha família mora longe, mora tudo no Rio. Aqui é só eu, meu marido e filhos. (GRUPO FOCAL)

Sobre as razões para vim à Brasília, bem como as condições de vida na capital o grupo relata

Eu vim para Brasília, eu tinha 12 anos de idade. Sou cearense. (...) Eu vim para Brasília porque minha mãe veio trabalhar aqui e trouxe de pouco a pouco minha família e eu vim com meu irmão mais novo e por isso estou aqui em Brasília. (GRUPO FOCAL)

(...) viemos de Belo Horizonte, chegamos aqui, fomos morar em uma casa de madeira lá na QNF, perto do Sesi Taguatinga, mas era muito bom tínhamos as coisas assim, eu e meus irmãos. (GRUPO FOCAL)

A variedade de trabalhos exercida pelo grupo ao longo de suas vidas ficou evidente. As falas variam desde pessoas que tiveram oportunidade de se estabelecerem no mercado de trabalho com carteira assinada até pessoas que trabalharam na

informalidade o que refletiu no acesso a aposentaria e nas condições de saúde agora na velhice

Eu me criei nas casas dos outros, trabalhei de babá, trabalhei de cozinheira, e só trabalhei 2 ou 3 anos fichado, de carteira assinada. Não tenho muita saúde, mas Deus sabe de todas as coisas. (GRUPO FOCAL)

Trabalhei em vários restaurantes em várias casas de família e não sou pensionista e nem sou aposentada ainda, estou esperando pela glória do senhor que o ano que vem eu vou me aposentar, se for da vontade de Deus. (GRUPO FOCAL)

Eu trabalhei em várias empresas aqui em Brasília, tive muitas oportunidades. Foi um lugar que me abriu portas, né (GRUPO FOCAL)

Ainda não aposentei, vou completar 65 anos esse ano, se Deus quiser. Trabalhei poucos anos de carteira assinada. (GRUPO FOCAL)
Eu trabalhava fora. Eu trabalhei em São Paulo 6 anos aí depois eu vim aqui para Brasília, aí trabalhei só em uma loja 15 anos, era uma loja de tecido e confecções. Aí depois eu trabalhei no CRAS, aí depois do CRAS eu aposentei. (GRUPO FOCAL)

É fato que os trabalhadores que ao longo de sua vida tiveram acesso aos direitos trabalhistas tem impacto direto no acesso ou não de sua aposentadoria. Nesse sentido, os participantes da pesquisa do GMV Ceilândia se constituem de aposentados e não aposentados, sendo que aqueles que afirmaram não possuir aposentadoria, que é uma consequência de ter participado ao longo de sua vida do mercado informal de trabalho, apresentaram maiores queixas acerca de sua saúde o que sugere que a degradação de sua saúde pode estar diretamente relacionada com as condições de trabalho ao longo de sua vida. Enquanto as pessoas aposentadas, onde boa parte de suas vidas puderam ter acesso ao mercado formal de trabalho, apresentaram menos queixas relacionadas a esse assunto.

A respeito da participação dos integrantes no GMV, houve uma variação entre 3 meses e 12 anos, porém com participação maior de pessoas que estão no grupo há muitos anos. Ao serem questionados sobre a forma como conheceram o Grupo, muitos relatam que foi por meio de indicação como, academia, familiares e amigos onde uma das principais motivações para interesse n GMV foram as atividades físicas

Eu fazia academia fora, não sei se você chegou a escutar falar que eles tinham uma academia ali na leste que era só de mulheres, eu fazia nela. Foi através dela que eu comecei a escutar um papo de que tinha o Sesc, dos lugares que tinha assim um grupo social que trabalhava com pessoas idosas que fazia com que muitas que tinham problema de dor, essas coisas ficassem melhor e encarasse a vida de forma mais suave. Aí eu vim, parece até que curou minha dor, você acredita? (GRUPO FOCAL)

Eu fui encaminhada através do SARAH, era um negócio do idoso também. Eu fazia um tratamento lá sério. Eles me mandaram para o Lago, uma dificuldade para fazer esse tratamento, sabe. Aí eles falaram para mim procurar aqui para fazer atividade que tinha esse trabalho com idosos e que ia ser muito bom e que não era para parar nunca de fazer porque se eu parar volta minhas dores. Foi ótimo porque assim, até os médicos recomendam fazer os exercícios e eles tem conhecimento que o Sesc tem esse trabalho né, eles encaminham (GRUPO FOCAL).

Na época que eu conheci eu fazia hidroginástica, aí comecei a viajar nas excursões do Sesc aí eu tava direito. Aí uma vez eu fiz uma caminhada aqui só que foi lá fora, faz tempo. Aí pra mim vim para aqui minha colega falou para gente fazer. Eu vinha nunca tinha vaga, depois eu consegui. Aí fiquei. (GRUPO FOCAL)

Eu conheci através de uma participante do Grupo, ela faz teatro aqui. (GRUPO FOCAL)

Eu trago meu neto há muito tempo. Eu estava com ele andando, pois eu fazia bolo para ele trazer para o professor. Um dia uma moça me convidou para participar do Grupo dos Mais Vividos. Aí pronto. (GRUPO FOCAL)

Quem me trouxe aqui foi a minha filha. Ela ligou pra mim e disse que tinha me matriculado no Grupo para eu sair de dentro de casa porque eu só ficava dentro de casa. Aí eu estou vindo e estou gostando. (GRUPO FOCAL)

A demanda sobre o auxílio a saúde se apresentou com mais intensidade quando questionados sobre oficinas que faziam falta tendo em vista que as oficinas não têm caráter contínuo, assim muitas são extintas ou substituídas por outras. Na fala dos participantes prevaleceu a facilitação que algumas ações do GMV proporcionaram no acesso, por meio de parcerias, a serviços que deveriam de fácil acesso na política pública de saúde

“A equipe médica que vinha fazia checagem de pressão, glicose etc e foi cortado, tinha até nutricionista. Sinto falta disso” (GRUPO FOCAL).

“Nós tivemos aqui no teatro uma reunião com o pessoal da Unieuro e eu fiz uma cirurgia que eu não conseguia fazer na rede pública e no particular era um absurdo, nasceu tipo um cisto por dentro da bochecha. Quando terminava as palestras aí eles faziam uma avaliação, se realmente precisava de acompanhamento maior aí você mostrava na Unieuro, até a biopsia foi feita também” (GRUPO FOCAL).

“Era na reunião de quarta-feira que vinham vários especialistas, vinha advogado, vinha um médico, vinha cirurgião-dentista. Na última quarta-feira do mês vinham pessoas especializadas para dar palestra e te dão suporte se você precisasse de algum auxílio dentro daquele tema. É meu caso mesmo, eu fiz uma cirurgia” (GRUPO FOCAL).

“Antes da pandemia tinha muito atividade de atenção da saúde geral, né. Tinha quase toda semana um grupo que vinha fazia tipo como se fosse um check up leve né. Depois acabou e não voltou. Muita coisa

que antes da pandemia tinha e está fazendo falta atualmente” (GRUPO FOCAL).

Quando questionados sobre as motivações para participação no grupo uma característica em comum observada foi a responsabilidade que muito dos participantes, principalmente as idosas, tem com os netos. Alguns citam que o grupo contribui para minimizar o estresse a esse respeito, além de mostrar que a velhice não precisa ser apenas ajudar a cuidar dos netos, outros mencionaram que tem que conciliar seu tempo com os cuidados com os netos.

O Grupo me ajuda a desestressar de ficar em casa cuidando das coisas e dos netos. (GRUPO FOCAL)

(...) o Sesc tem sido assim pra gente um sonho, abriu para nós um novo horizonte que a gente pensou: aposentei, agora eu vou sentar na cadeira e fazer crochê, ter bastante dores nas juntas e ajudar a criar os netos, não. A gente levantou a cabeça, fomos fazer teatro, fomos fazer dança, coral, apresentar, ajudando outros idosos né. Temos uma vida bem ativa, fazemos curso, eu já escrevi poesia, participo de vários programas que tem parceria com a UnB, estou sempre sendo convidada para participar, então a minha vida é bem ativa. (GRUPO FOCAL)

Eu não fico quieta, eu faço de tudo um pouco. Aí depois dos netos também... Eu faço de tudo um pouco, por exemplo, os meninos saem de manhã cedo, minha filha sai de manhã cedo para o colégio né, aí ela volta. Quando é 11h30 ela sai e volta só 15h. Aí os meninos saem de 16h a 16h30 do colégio, aí eu tenho que pegar porque meu genro trabalha assim um dia, três dias folga. Aí depois ele faz natação aqui no Sesc, né. Aí eu falei: eu que não vou ficar aqui dentro de casa não, quero nem saber mais. (GRUPO FOCAL)

Minha filha tem van escolar, ela sai umas 5h30 para levar os alunos no colégio e os filhos dela fica comigo né. Aí ela chega 8h da manhã. Quando ela chega é a hora que eu venho correndo pra mim fazer alguma coisa. Eu vou fazer e já volto. Minha vida é assim uma correria. (GRUPO FOCAL)

Meus netos estudavam aqui e na época eu vinha e via como era o Grupo dos Mais Vividos. Eu vinha em algumas reuniões sem participar ainda aí depois eu fiz a carteirinha e vim. (GRUPO FOCAL)

A responsabilidades com os netos é uma realidade diante do fato de que os pais têm longas jornadas de trabalho ao longo da semana e os avós que, em alguns casos, possuem tempo livre, cuidam dos netos como favor para que os pais possam trabalhar, geralmente responsabilidade assumida pelas avós, o que também é uma forma de trabalho não remunerado, sendo assim, uma reprodução na velhice do papel social de cuidadoras atribuída a mulheres ao longo de suas vidas.

Outras motivações que se apresentaram através da fala do Grupo Focal foram a oportunidade de sair de casa e ocupar o tempo livre, se manter ativo, ter interação social e o grupo ser uma alternativa a impossibilidade de trabalhar

Por isso eu fui para o Sesc, o GMV, gosto muito de trabalhar só que eu não posso mais trabalhar por causa que eu já fiz cirurgia. (GRUPO FOCAL)

Agradeço isso tudo ao Sesc e aos profissionais que são excelentes, eu agradeço por estar tão ativa assim mesmo já tendo 69 anos e também pelas oportunidades que o Sesc me deu. (GRUPO FOCAL)

(...) agora depois na terceira idade, depois de idosa eu me cresci no Sesc onde eu faço várias atividades. Me mantenho ativa. Uma das oficinas que eu mais gosto é teatro, coral e dança, são as três preferidas e as atividades físicas eu gosto muito de caminhada e hidroginástica né. (GRUPO FOCAL)

O que me motivou foi justamente essa falta de a gente ter muito o que fazer assim né no dia a dia, diversão, essas coisas assim. (GRUPO FOCAL)

Conversar, falar do que a gente sente, do que a gente pensa, essa interação foi o que me motivou a vim (GRUPO FOCAL)

Minha mãe faleceu, eu ficava muito em casa porque minha família saía para trabalhar e eu ficava sozinha e com a morte da minha mãe eu sozinha em casa estava ficando muito ruim pra mim né. Aí eu tinha animo para mais nada, só ficava em casa chorando e lembrando da imagem da morte dela o tempo todo e a ausência dela. Aquilo foi me deixando um vazio, sabe que eu pensei: vou ter que procurar alguma coisa pra eu poder voltar a viver. Aí meus filhos começaram a falar: Mãe procura alguma coisa que a senhora possa estar no meio de muita gente porque a senhora gosta também de gente. Sempre gostei né. Aí como eu já conheci o Sesc, comecei a ver com as meninas as atividades que tinha. A alegria que eu tinha na minha vida foi voltando aos pouquinhos (GRUPO FOCAL)

O que me motivou foi sair de casa porque ficar dentro de casa não é legal. Eu não gosto de ficar dentro de casa. (GRUPO FOCAL)

Tem 20 anos que eu sou viúva. Nunca foi assim de sair para lugar nenhum, de fazer nada. Aí isso me incentivou muito a participar do Grupo. (GRUPO FOCAL)

Uma das contribuições do Grupo dos Mais Vividos para a vida dos participantes compartilhadas pelo grupo foi a possibilidade de realização de sonhos, fonte de inspiração artística e valorização pessoal

Desde pequena eu tinha um sonho né, sempre sonhei em pisar no palco, aí no teatro eu realizei isso. Pensava que ia chegar o final da minha vida e isso não aconteceria, mas aconteceu. Já fizemos vários espetáculos, me senti realizada. Estou me sentindo muito realizada... Fico pensando que você fazer aquilo que você sonhava, com a idade que tem. Eu tenho

71 anos, fico pensando que com essa idade realizei meu sonho de 7, seis anos (GRUPO FOCAL).

O teatro me fez me sentir muito valorizado. (GRUPO FOCAL).

Eu escrevo e tudo que está acontecendo aqui é uma fonte de inspiração, então foi decisivo na minha vida, porque aqui no Sesc são muitas inspirações. Foi um sonho que eu não tinha sonhado, escrever né. Está sendo muito bom pois estou escrevendo um livro e vai contar muita história daqui do GMV. (GRUPO FOCAL).

Realizou o sonho de dançar e não tive oportunidade de participar como queria. Me senti realizada. (GRUPO FOCAL).

As motivações manifestadas pelo grupo tais como sair de casa e ocupar o tempo livre, se manter ativo, ter interação social e uma alternativa a impossibilidade de trabalhar pode ter relação com as contribuições de realização de sonhos e de descoberta de novos sonhos, tendo em vista que dedicaram grande parte de suas vidas ao trabalho. No capitalismo boa parte das horas são ocupadas com o trabalho remunerado ou preparação para exercer trabalho remunerado, assim o “tempo livre” é muitas vezes dedicado ao trabalho não remunerado, com os cuidados da família e do lar, por exemplo. Nesse sentido, não há tempo para sonhar ou mesmo realizar sonhos. A partir do fato de que o grupo é formado pela classe-que-viveu-trabalho, parafraseando Antunes, as falas mostram que a vida dedicada ao trabalho impossibilitou a realização de sonhos que foram sonhados e também da descoberta de novos sonhos que se encaixam nos “sonhos que não foram sonhados” e buscam no grupo oportunidade de ocupar um tempo que antes era para o trabalho.

Outra contribuição do Grupo dos Mais Vividos para a vida dos participantes que mais prevaleceu foi a criação de laços de amizade, que segundo alguns deles, contribuíram até mesmo para amenizar sintomas de doenças

Eu sou muito difícil de fazer assim amizade, eu fico assim mais na minha então pra mim o Grupo está sendo muito bom. (GRUPO FOCAL)

A amizade que a gente construiu, sabe. Eu percebi que a gente criou uma família, tanto que a gente começou a falar “Família Sesc” e aí pegou mesmo porque até os que vai chegando vai falando né “eu tô numa família”. Lá no teatro mesmo, eu acho tão bonito, até os homens falam. Nós somos uma família (GRUPO FOCAL)

Até os homens que são menos, interagiram e se soltaram mais. Pessoas doentes que melhoraram, que as doenças amenizaram mais. Eu mesma fui uma, parei de adoecer, problemas emocionais principalmente. (GRUPO FOCAL)

Eu me realizo muito no Sesc, conheci pessoas maravilhosas, tivemos várias assistentes sociais e vários professores das atividades, dos quais fizemos muito boas amizades. (GRUPOFOCAL)

As amizades são resultado da relação social em sociedade, assim o GMV é um espaço privilegiado para os idosos de construírem tais relações. Essas relações demonstram uma identificação entre os sujeitos o que pode trazer o sentimento de pertencimento e assim evitar o isolamento social. A velhice, sem entendê-la de forma homogênea, possui aspectos em comum que fazem os idosos se identificarem em alguma medida, é nesse sentido que muitos permanecem no Grupo por ter oportunidade de socializarem com outros idosos segundo seus relatos:

(...) participar de um grupo que me pertencia também, porque uma coisa é você conversar com uma pessoa da idade da gente, outra coisa é com filho, neto, os assuntos são bem diferentes. Apesar de conversar muito com meus filhos e neto, com pessoas da minha idade, a gente interage melhor (GRUPO FOCAL)

O idoso sempre tem aquele vazio, que é natural porque é idoso, ele sente como se tivesse alguém isolando ele, as vezes... nem sempre é, a pessoa não está isolando ele, mas ele tem aquilo com ele, acha que a pessoa está isolando ele porque não deu atenção que ele queria ter. Muitas vezes a pessoa está trabalhando e quando chega em casa, não dá o carinho que ele quer receber, não dá aquela atenção que ele estava esperando receber, aí vai batendo aquela tristeza, aquela coisa por dentro como se tivesse sido abandonada, aí é onde entra o grupo. Se em casa ela não tem atenção, na rua com os colegas ela vai ter, vai ajudar ela, ela não vai se sentir solitária quando chegar em casa, porque não vai fazer muita falta. (GRUPO FOCAL)

Pela a idade que estou chegando eu esperava um suporte maior dos filhos, porque tem que valorizar enquanto tem. No grupo interagimos entre nós tem um suporte maior, um suporte melhor. É um grupo que pode expor porque são pessoas que estão na mesma situação que a sua. (GRUPO FOCAL)

Você convive com qualquer idade, mas aqui você acha pessoas que pensa igual você, que quer o que você quer e age como você também (GRUPO FOCAL)

O grupo é um espaço privilegiado de compartilhamento de “vivências, de aprendizagens coletivas, o homem/mulher neles inseridos tem a oportunidade de socializar experiências e ensinar/aprender reciprocamente” (SILVEIRA, 2016, p. 15). Participar do GMV, de acordo com suas falas, traz aos participantes uma identificação mútua, seja por conta de situações e histórias de vidas semelhantes ou outros aspectos que somente vivenciam devido a velhice, assim é um espaço propício para o reconhecimento de sua identidade social coletivamente.

O grupo, enquanto instrumento de trabalho, pode ser também um espaço de reflexão crítica acerca da realidade. Dessa forma “O encontro entre indivíduos de forma sistemática, mediante objetivos compartilhados, gerando interações sociais, é um fértil campo para desencadear experiências educativas. (SILVEIRA, 2016, p. 16). Enquanto um espaço de convivência, o grupo possibilita o compartilhamento de histórias de vida com outros idosos, identificando situações semelhantes o que propicia o reconhecimento de que as situações fazem parte de uma trama maior. Suas demandas são mais facilmente reconhecidas como uma questão que está além da esfera individual, “perpassado pelo caráter democrático e participativo, proporcionando novas percepções da realidade e das formas como nos relacionamos com ela” (SILVEIRA, 2016, p. 16).

O desenvolvimento de grupos, como instrumentos em Serviço Social, é mediado por técnicas que deve oportunizar processos de conscientização e de autonomia aos sujeitos que dele fazem parte. A atenção do/a assistente social é para o alinhamento ao projeto ético político profissional em sintonia com as demandas e interesses do grupo. Nesse sentido, o trabalho com grupos não se restringirá ao grupo isolando-o do contexto territorial e social. Tal qual prevê os fundamentos do Serviço Social, a dimensão da totalidade e a dialeticidade das relações sociais devem perpassar o trabalho social. (SILVEIRA, 2016, p. 18)

3.5 Serviço Social com Grupos e o compromisso ético-político

O trabalho com grupos é um instrumento técnico-operativo que acompanha o exercício profissional desde sua concretização enquanto uma profissão que participa na divisão sociotécnica do trabalho. Ainda que seja um instrumento comum à profissão, a forma como os profissionais se apropria dele é diversa dependendo da perspectiva teórico-metodológica e ético-político de referência. Sabe-se que o Serviço Social tem sua gênese atrelado ao interesse das classes dominantes, portanto, se exerciam práticas de ajustamento dos trabalhadores. Entretanto, essa perspectiva é substituída pela categoria profissional a partir do movimento de reconceituação pela perspectiva crítica com embasamento na teoria social marxiana e marxista, adotando uma postura que se coloca ao lado dos interesses da classe trabalhadora.

O grupo é um instrumento de comunicação oral através de uma coletividade que tem por objetivos tanto a identificação das demandas trazidas pelos usuários quanto o processo de elencar as prioridades, coletar dados e a possibilidade de ser um espaço de reflexão sobre o cotidiano, mas também de construção de soluções para enfrentar as situações que se apresentam no grupo (MOREIRA apud MAGALHÃES, 2003). Dessa

maneira, proporciona a troca de experiência a partir de “relações horizontalizadas e mais solidárias (MOREIRA, 2015, p. 74).

Assim, a apropriação do trabalho social com grupo, a partir do compromisso profissional assumido pela categoria na atualidade ao lado dos interesses da classe trabalhadora, tem como horizonte o fato de que o exercício profissional não deve desconsiderar a realidade social. Nesse sentido, as ações não devem responsabilizar os indivíduos pelas situações vivenciadas, pois são resultados de processos de produção e reprodução da vida no atual estágio societário.

Todavia, “no bojo dos processos contraditórios de reforma intelectual e moral, distinguem-se no trabalho do assistente social nos dias atuais ações pedagógicas de cunho subalternizante e outras que objetivam a construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.” (MOREIRA, 2015, p. 89). Tendo em vista isso, Moreira (2015) aponta que as discussões acerca do trabalho com grupos como instrumento de intervenção profissional estão diretamente ligadas a dimensão pedagógica que tem o exercício profissional e também com o arsenal de técnicas e instrumentos da profissão (MOREIRA, 2015). É a partir da coerência entre as dimensões teórico-metodológica, ético-político, técnico-operativos alinhados com os objetivos que se desenvolvem ações socioeducativas emancipatórias (MOREIRA, 2015). Uma das vantagens que Moreira (apud Vasconcelos; 1997 e Mioto 2009) cita do trabalho com grupo é a possibilidade de facilitar a auto-reflexão e assim proporcionar processo educativo de forma coletiva. Nesse sentido

As ações pedagógicas de vieses emancipatórios apresentam significativo potencial para trabalhar os valores subalternizantes entranhados no senso comum e trazidos comumente pelos usuários sem entrar na polêmica sugerida, pois é através de intervenções que possibilitem aos sujeitos a elaboração de reflexões críticas (e, como isso, a identificação de contradições) que esses valores são minados e abrem-se as possibilidades para construção de outros de nova ordem. (MOREIRA, 2015, p. 95)

Algumas ações mencionadas pelos participantes nas oficinas do Grupo dos Mais Vividos podem ser utilizadas nesse sentido, trabalhando assim a dimensão pedagógica do Serviço Social na perspectiva emancipatória

Toda quarta feira tinha uma palestra, uma reunião sobre a discriminação contra a velhice, sobre envelhecer bem e isso era muito importante para o grupo.” (GRUPO FOCAL)

A oficina Vivacidade era uma oficina maravilhosa. Ela abrange você conhecer Brasília, conhecer você mesma, seu dia a dia. Inclusive levou

a gente no Catetinho, nos lugares para a gente conhecer. Eles perguntaram onde que a gente não conhecia porque a gente mora em Brasília, eu moro aqui a vida toda, e não conheço muitos lugares, não sabia que existia. Isso é muito importante, você mora em um lugar que não conhece, não sabe a história desse lugar então tinha pessoas que pediam para ir na Torre porque nunca tinha ido na feira. (GRUPO FOCAL)

Assim, o serviço de convivência promovido pelo Sesc é sim um espaço que diminui o isolamento social da pessoa idosa, promove uma mudança na perspectiva negativa que se tem da velhice e proporciona um espaço de privilégio para conhecer as expressões da questão social que acomete os idosos, revelando assim algumas de suas importâncias. Para além disso, é também um espaço de difusão de ideologias sendo elas ligadas aos interesses das classes trabalhadoras ou não. O trabalho social com grupos privilegia a promoção de ações socioeducativas onde os sujeitos possam refletir sobre seu percurso de vida e as desigualdades que atravessaram todo seu processo de envelhecimento e que se apresentam hoje na forma como vivenciam sua velhice, revelando, desta maneira, uma de suas outras importâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do envelhecimento populacional no final do século XX mobilizou diversas esferas da sociedade como o Estado e entidades da sociedade civil para desenvolver ações com a população idosa. O Sesc foi uma dessas instituições que desde os anos 1960 promove o Trabalho Social com Idosos (TSI) e ao longo dos anos expandiu seus trabalhos com esse segmento. Atualmente é uma entidade que além do TSI produz conhecimento através de artigos publicados em sua revista *60 Mais: Estudos sobre o Envelhecimento*, promove espaços de debate nacionais e internacionais como congressos, seminários, encontros e assembleias sobre a temática e atua ainda na formulação das políticas públicas e na avaliação de tais políticas direcionadas aos idosos. Seu trabalho com o TSI foi uma referência para criação de outros espaços de convivências para idosos, inclusive o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Política Pública de Assistência Social se assemelha com o formato do serviço de convivência do Sesc.

O campo de estágio no Sesc Ceilândia, onde o exercício profissional das assistentes sociais é em grande medida desenvolver o Trabalho Social com Idosos (TSI) através do Grupo dos Mais Vividos (GMV) ofertando o serviço de convivência para esse segmento através de oficinas ao longo da semana, foi um espaço privilegiado para realizar a pesquisa, tendo em vista a relevância do Sesc sobre a temática da velhice e o contato direto com o GMV, que ao longo do ano de 2022 teve uma procura elevada pelo serviço e um número considerável de participantes ativos.

A pesquisa contribui para a produção do Serviço Social sobre o exercício profissional com idosos e agrega conhecimentos sobre a prática profissional com grupos. A prática profissional com idosos é um campo de trabalho cuja tendência dos próximos anos é de se expandir levando em consideração que as projeções apontam um crescimento na população idosa até 2060 o que provavelmente vai exigir mais profissionais de diversas áreas, incluindo o Serviço Social.

Diante do exposto a pesquisa teve como objetivo compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa a partir da perspectiva dos idosos que participam do GMV no Sesc Ceilândia. Constatou-se que sua importância é proporcionar o convívio social com outros idosos, prevenindo seu isolamento social, valorização pessoal e criação de laços de amizade. Além disso, no caso do Sesc atua na facilitação de acesso a serviços por meio de parcerias, principalmente na área da saúde, como ficou

evidente no grupo. Proporciona também que os idosos possam realizar seus sonhos de vida e descobrir novos sonhos por meio das oficinas além e ocupar o tempo livre e distrair das obrigações com responsabilidades domésticas e cuidados com netos.

A ideia por trás das atividades é desenvolver ações socioeducativas de uma velhice ativa, o que se relaciona diretamente com a mudança da visão negativa para uma visão positiva que as ações da ONU, desde a 1ª Assembleia Internacional Sobre o Envelhecimento, incentiva os países a promover e que está presente também na Década do Envelhecimento Saudável 2021 –2030.

O trabalho com o grupo revela um grande potencial para promover ações de cunho emancipatórios na perspectiva do compromisso ético-político, trabalhando a dimensão pedagógica da profissão. Desafia o(a) profissional a conectar as múltiplas expressões da questão social na velhice presentes no GMV a totalidade e promover a autorreflexão do grupo, opondo-se dessa maneira a interpretações individualizadas das situações e de responsabilização dos indivíduos por tais circunstâncias. Portanto, o objetivo da pesquisa foi atendido ainda que não tenha esgotado todas as possibilidades que o serviço de convivência para a pessoa idosa oferece a esse segmento.

É notável que as velhices da classe trabalhadora são marcadas pelo acúmulo das desigualdades vivenciadas ao longo de seu processo de envelhecimento, isso ficou evidente nas diversas velhices dos trabalhadores do Grupo dos Mais Vividos. Esse processo é complexo, multidimensional e heterogêneo o que, muitas vezes, mascara sua conexão direta com a totalidade. Assim, o envelhecimento não é apenas um dado biológico, mas é atravessado pelas condições sociais e históricas da sociedade. Nesse sentido, é possível compreender como a longevidade é uma produção das sociedades modernas, não somente pelos avanços tecnológicos e científicos, mas também pelas novas configurações das políticas sociais, que tem sido elemento fundamental para que a classe trabalhadora possa envelhecer, mesmo diante da contradição capital/trabalho imposta pelo modo de produção e reprodução capitalista. A força de trabalho tem sido cada vez mais explorada como uma consequência da necessidade do capital de se reproduzir, o que deteriora as condições físicas e mentais dos trabalhadores, principalmente no contexto em que o trabalho é cada vez mais informal e desprotegido, não há como negar que isso tem impacto direto na velhice.

O envelhecimento populacional trouxe desafios para sociedade, tendo em vista que a mão de obra está cada dia mais envelhecida, diante desse fato a ONU desde a 1ª Assembleia Internacional Sobre o Envelhecimento tem proposto que os países

desenvolvam ações para mudar a visão negativa da velhice para uma visão positiva, isso está presente até mesmo na Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, porém o que se observa é que as estratégias são propostas descoladas das condições sociais impostas hoje a classe trabalhadora. Essas ações são desenvolvidas pelo Estado e entidades da sociedade civil através da produção da ideologia da velhice, tutelando os idosos com fim de concretizar a ideologia dominante que responsabiliza os indivíduos pelo seu processo de envelhecimento saudável e sua velhice ativa ignorando a realidade social. No grupo focal realizado observou-se que a maioria dos participantes que apresentavam problemas de saúde mais graves em suas condições físicas eram os que relataram uma vida de trabalho desprotegido, não há como negar a possibilidade de que esses dois fatores estejam relacionados.

Nesse sentido, as políticas sociais têm papel fundamental para a manutenção da força de trabalho, porém resultam também de lutas por melhores condições de vida pela classe trabalhadora e assim, são um meio de redistribuição de renda dentro do contexto capitalista. Observou-se que o Estado Social brasileiro, que desde sempre tem dificuldades em se concretizar, é posto em xeque com o neoliberalismo o que impacta diretamente nas políticas sociais, que passa por processos de desmonte e de novas configurações que atendam a desresponsabilização do Estado em promover o bem-estar social. No caso do Brasil, o Estado de Bem-Estar Social não chegou a ser uma realidade, dessa forma as propostas de um Estado Social no país se conformaram com as particularidades históricas do Brasil aliado ao caráter dependente do capitalismo brasileiro, o que submete as políticas no país aos movimentos internacionais, isso explica a sua dificuldade em ser implementadas e o constante processo de desmonte até mesmo em governos mais progressistas.

A proteção social brasileira, na perspectiva do direito, se materializa a partir da Constituição Federal de 1988, inaugurada pelo tripé Assistência, Previdência e Saúde, mas encontra desafios de se efetivar, devido as tendências neoliberais que perduram desde os anos 1990 nas políticas sociais brasileiras. Essa realidade é também percebida nas políticas públicas direcionadas exclusivamente a pessoa idosa. Se a Constituição Federal de 1988 trouxe avanços para esse segmento, reconhecendo-os como cidadãos de direitos exclusivos e possibilitou que fosse criado posteriormente uma série de legislações voltadas para a pessoa idosa como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto do Idoso e a Política Nacional da Saúde do

Idoso que direcionam outras leis, ainda existe um abismo entre o que está escrito e o que está sendo posto em prática.

A responsabilidade do Estado tem sido transferida para outras esferas como a família e entidades privadas, ignorando assim o que está prevista no texto constitucional onde a responsabilidade deveria ser compartilhada. É válido ressaltar que a desresponsabilização do Estado aliado ao desmonte das políticas públicas é um projeto neoliberal que busca garantir a acumulação capitalista, disso resulta a constante expropriação de direitos e responsabilização dos indivíduos pelo seu processo de envelhecimento e de sua velhice e ainda a produção de ideologias da classe dominante. É nesse contexto, que se insere a atuação das instituições frente a questão social na velhice dos trabalhadores.

O Grupo dos Mais Vividos foi um espaço privilegiado para compreender as diversas expressões da questão social que se debruçaram na vida dos participantes da pesquisa, sem pretensão de generalizar ou homogeneizar suas experiências de vida, mas apreendê-las como mediações que se conectam e constituem a totalidade social. O grupo como instrumento de trabalho tem grande potencial de propiciar que essas questões sejam conectadas a totalidade através da dimensão pedagógica do serviço social, o que se constitui como um desafio para profissão.

A pesquisa teve suas limitações para se efetivar tendo em vista que o quantitativo de pessoas que participaram não representa de fato uma visão ampla da maioria do grupo. Isso ocorreu devido as limitações com o tempo que muitas vezes não iam de encontro com a demandas da instituição o que fez com que a pesquisa fosse adiada várias vezes. Como já mencionado acima, o Sesc realiza muitas atividades e por isso sobrou pouco tempo para a realização de atividades extras. Porém, os resultados da pesquisa foram satisfatórios e possibilitaram muitas reflexões diante do que foi apresentado pelo grupo.

O presente trabalho contribuiu para a reflexão e o enriquecimento teórico acerca do processo de envelhecimento e das múltiplas questões sociais na velhice para o Serviço Social a partir da experiência direta com o campo de trabalho. Nesse sentido, propiciou reflexões acerca do TSI desenvolvido no Sesc com base nas experiências compartilhadas dos idosos o que possibilitou a aproximação das refrações da questão social que incidem sobre a vida daqueles participantes do grupo focal. Contribuiu para compreender a importância do serviço de convivência para a pessoa idosa, mas também para discutir como o trabalho pode ser desenvolvido a partir de uma perspectiva emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2011. p. 15-20.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Epub.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Limitações do Estado Social Capitalista Contemporâneo. **Jmphc | Journal Of Management & Primary Health Care | Issn 2179-6750**, [S.L.], v. 12, p. 1-13, 13 abr. 2020. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/jmphc.v12.980>. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/980>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **Ser Social**, [S.L.], v. 18, n. 38, p. 13-29, 7 nov. 2016. Biblioteca Central da UNB. http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v18i38.14265. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional do Idoso**: Lei 8.842 de 04/01/1994- Brasília: MPAS, SAS, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia. Introdução. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 15-47. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHIARELLI, Tássia Moique; BATISTONI, Samila Sather Tavares. Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021- 2030). **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 93-114, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2022v25i1p10.23925/2176-901X.2022v25i1p115-136>. Acesso em: 30 nov. 2022.

COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA MAIS 60: ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO (São Paulo) (ed.). O Trabalho Social com Idosos: (TSI) do Sesc: trajetória e realizações. **Mais 60: Estudos Sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 32, n. 80, p. 54-75, ago. 2021. Quadrimestral. Disponível em:

https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15627_O+TRABALHO+SOCIAL+COM+IDO+SOS+TSI+DO+SESC+TRAJETORIA+E+REALIZACOES. Acesso em: 22 jan. 2023.

CUNHA, Ana Carolina Castro Pereira da; BEZERRA, Karoline dos Santos; CARDOSO, Nathally Dias Andrade; NASCIMENTO, Tatiane Vieira do; QUEIROZ, Thayane Duarte; RODRIGUES, Vitória Regina Alves. O Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc/DF em tempos de covid-19: reconfigurações dos processos de trabalho do serviço social. **Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v. 31, n. 79, p. 60-75, abr. 2021. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15326_O+TRABALHO+SOCIAL+COM+IDO+SOS+TSI+DO+SESCDF+EM+TEMPOS+DE+COVID19+RECONFIGURACOES+DOS+PROCESSOS+DE+TRABALHO+DO+SERVICO+SOCIAL. Acesso em: 23 jan. 2023.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo lula. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 24-34, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802007000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6QKFWnfPFYdKhX6cnDCSgdP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set/dez 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KwjLV5fqvw6tWsfWVvczcMn/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRANÇA, Rosileno Marques Sobrinho de; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Envelhecimento, Serviços Socioassistenciais e Serviço Social em tempos de regressão dos direitos. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina: Edufpi, 2020. p. 249-275. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques; SARAIVA, Joseana Maria; FEITOSA, Emanuel Saraiva Carvalho. Contexto sócio histórico em que surgem e evoluem as políticas de proteção à pessoa idosa no Brasil: da caridade ao direito a ilpi. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 259-277, 31 dez. 2018. Família e Sociedade em Debate. <http://dx.doi.org/10.31423/oikos.v29i2.3809>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3809>. Acesso em: 30 nov. 2022

FAGNANI, Eduardo. O fim de um ciclo improvável (1988-2016): a política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe. In: FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS (org.). **Os cinco mil dias do lulismo: transformação ou transformismo?** N. 300. Campinas: Unicamp, 2017. p. 01-19.

FRIAS, Sandra Rabello de; CARVALHO, Andreia de Souza de. Análise sobre os direitos da pessoa idosa no Brasil: história, debates e desafios da conjuntura atual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 139-152, 16 jun. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2021.60301>. Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60301>. Acesso em: 30 nov. 2022

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Nacional do Idoso em questão: passos e impasses na efetivação da cidadania. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 537-569. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HADDAD, Eneida Gonçalves Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 2017. Epub

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua Anual 2021**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6706#resultado> Acesso em: 01 fev. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis, nº 03, Brasília, 2001. P. 09-32

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2022. Epub.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população do Brasil e das Unidades da Federação 2010-2060**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 01 fev. 2023.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos - **A Conta do Desmonte - Balanço Geral do Orçamento da União**. INESC, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/> Acesso em: 01 fev. 2023.

LEÃO, Sarah Moreira Arêa; TEIXEIRA, Solange Maria. Proteção Social e envelhecimento no Brasil e em Portugal: crítica à (re)novada função da família na proteção social da pessoa idosa. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina: Edufpi, 2020. p. 18-45. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%20SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 254 p.

MELEIRO, Maria Luiza de A. Picanço; BRITO, Kennya Márcia dos Santos Mota; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. Marcos legais e políticas públicas para idosos no Brasil e no Amazonas. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 3, n. 23, p. 277-298, set. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/52926>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARQUES, Bruna Maria Expedito; SEFERIAN, Gustavo. Considerações históricas sobre o mal-estar estrutural do Estado Social brasileiro. In: COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; SOARES, Hector Cury (org.). **O "Estado de Mal-Estar Social" brasileiro: prefácio de Ricardo Antunes**. Belo Horizonte: IEPREV, 2020. p. 477.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. V.2: **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. 1 ed. Brasília: MDS, 2012. 111 p.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. 58 p.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015. 171 p.

NOGUEIRA, Ingrid Rochelle Rêgo; MORAIS, Juliana Alves de. Pandemia, Necropolítica e Violências contra a Pessoa Idosa: uma tríade da contemporaneidade. In: ROSA, Adriano; SALLES, Denise Mercedes N. N. Lopes; RIBEIRO, Glaucia Maria de Araújo; CAVALCANTI, Marcia Teixeira. **Direitos Humanos e Fundamentais**: vol. 2. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020. p. 356-371. Disponível em: <https://www.caedjus.com/wpcontent/uploads/2020/11/direitos-humanos-e-fundamentais-Vol2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 271 p.

NETTO, Paulo J. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In Revista Temporalis, nº 03. ABEPSS, Brasília, 2001. p. 41- 49.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017. Epub

ONU. **ONU quer mais apoio para população em envelhecimento**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807992>. Acesso em: 01 fev. 2023.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **Tópicos especiais em Serviço Social I: gerontologia social**. Canoas: Ulbra, 2011. 128 p.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Década do Envelhecimento Saudável**. [S/L]; 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52902> Acesso em: 01 fev. 2023.

PAULA, Marcos Ferreira de. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 126, p. 262-280, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.068>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KpPCVCRHWMZYRRpR3f76bVq/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital**. São Paulo: Cortez, 2014. Epub.

PEREIRA, Poyara A. P. **Política Social: temas&questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. **Envelhecimento e vivências de isolamento social: A realidade de velhos(as) trabalhadores(as) e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Franca: 2019. 202 p.

SANTOS, Milena da Silva; NASCIMENTO, Michelli Barbosa do. O Envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. *Temporalis*, [S.L.], v. 20, n. 39, p. 163-176, 26 jun. 2020. Revista *Temporalis*. <http://dx.doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p163-176>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27202>. Acesso em: 01 fev. 2023.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **DIRETRIZES GERAIS DE AÇÃO DO SESC**: Diretrizes Gerais de Ação do Sesc. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2014. 30 p. Disponível em: http://transparencia.mt.sesc.com.br/uploads/midia/mt/DGA_Sesc-1.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

SESC (Rio de Janeiro). Departamento Nacional / Associação de Divulgação e Promoção. **Carta da Paz Social**. Rio de Janeiro: Sesc Serviço Social do Comércio, 2012. 19 p. Disponível em: <https://www.sescrj.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Anexo-II-Carta-da-Paz-Social.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, Mauri Antonio da. Aporte Histórico Sobre os Direitos Trabalhistas no Brasil. **Ser Social**, [S.L.], v. 22, n. 46, p. 126-152, 27 jan. 2020. Biblioteca Central da UNB. http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.23516. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23516. Acesso em: 14 jan. 2023.

STOCCO, Aline Faé; PANDOLFI, Aline Fardim; NOGUEIRA, Camilla dos Santos. Golpe e Contrarreforma no Brasi: Os limites do capitalismo dependente. In: 7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social, 2019. Vitória. Anais eletrônicos [...] Vitória: UFES, 2019. P. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25223>. Acesso em: 01 fev. 2023.

STOPA, Roberta. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 135, p. 231-248, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.176>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vWM6YLcDR8vXMTGnqDM8skS/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **Trabalho social com grupos: livro didático**. In: *Trabalho Social com Grupos*. Darlene de Moraes Silveira, Karina Melo Vieira (Org) – Palhoça : UnisulVirtual, 2016. 62 p.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 137, p. 135-154, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.205>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZGq7Ld9qsYWyrnfxzjLtWZL/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.

_____. Envelhecimento e “reformas” das políticas sociais no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, 2018. Vitória. Anais eletrônicos [...] Vitória: UFES, 2018. P. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/21998/14504>. Acesso em: 01 fev. 2023.

_____. **Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas.** Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 142, p. 447-466, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.259>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZKybzNjxNnSWSHnL7F6BwXG/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ANEXOS

A. ROTEIRO DE QUESTÕES GRUPO FOCAL

1. Conte um pouco sobre sua história de vida.
2. A quanto tempo você participa do GMV?
3. Como conheceu o Grupo?
4. O que te motivou a frequentá-lo?
5. Participar do GMV traz contribuições para a sua vida? Quais?

B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **A importância do serviço de convivência comunitária para a pessoa idosa a partir da experiência com o Grupo dos Mais Vivos do Sesc Ceilândia**, a ser realizada pela graduanda em Serviço Social Gabriela Silva Farias para o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

O objetivo da pesquisa é compreender a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer deste procedimento e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será através de um grupo focal que será gravado e posteriormente transcrito. O procedimento tem um tempo estimado para sua realização previsto em 2 horas.

Informamos que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de Gabriela Silva Farias e publicados na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) e demais instituições parceiras, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados ficarão sobre a guarda da pesquisadora responsável.

Se você tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, por favor entrar em contato com Gabriela Silva Farias pelo telefone (61) 992226337, no horário das 8 às 12 e das 14 às 18h.

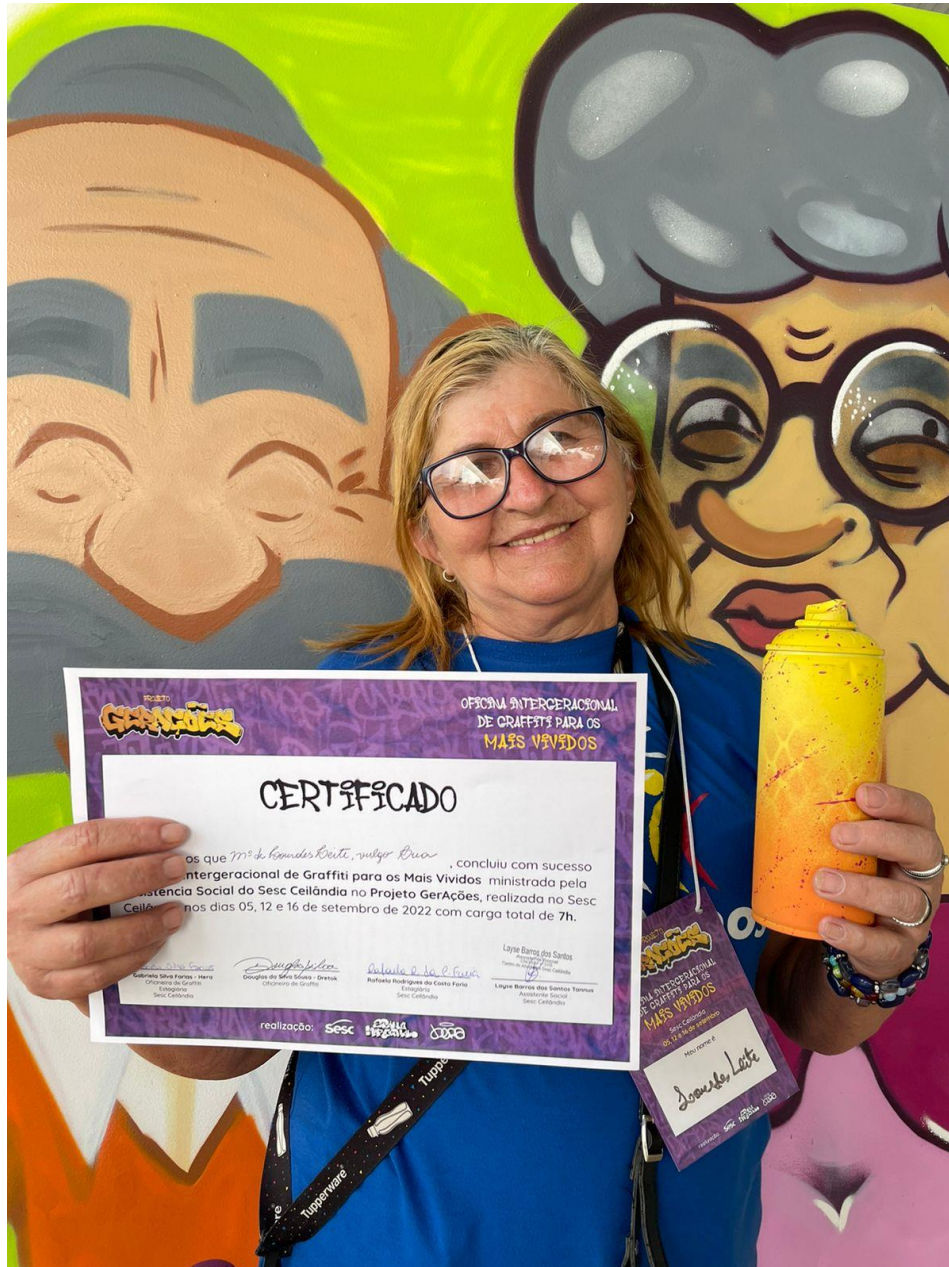
Nome do participante / assinatura

Gabriela Silva Farias

Nome pesquisador / assinatura

Ceilândia - DF, 11 de novembro de 2022

C. PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO: OFICINA INTERGERACIONAL DE GRAFFITI





D. DIVULGAÇÃO DO GRUPO DOS MAIS VIVIDOS

